

---

## **Os percursos de acesso à habitação das mulheres brasileiras na Área Metropolitana de Lisboa: O espaço virtual como agente de ocupação territorial.**

Jessica Chagas Barros

Mestrado em Estudos Urbanos

Orientador(a):

Professora Doutora Rita D'Avila Cachado, Investigadora Integrada (CIES-IUL),

Professora Auxiliar Convidada do Departamento de Métodos de Pesquisa Social (ESPP-IUL),

Iscte-Instituto Universitário de Lisboa

Novembro, 2022

---

## **Os percursos de acesso à habitação das mulheres brasileiras na Área Metropolitana de Lisboa: O espaço virtual como agente de ocupação territorial.**

Jessica Chagas Barros

Mestrado em Estudos Urbanos

Professora Doutora Rita D'Avila Cachado, Investigadora Integrada (CIES-IUL),  
Professora Auxiliar Convidada do Departamento de Métodos de Pesquisa Social (ESPP-IUL),  
Iscte-Instituto Universitário de Lisboa

Novembro, 2022

*A todas nós mulheres,  
à nossa força e à nossa união.  
Às matriarcas: Sonia, minha mãe;  
Aparecida e Durvalina, minhas avós.*



## Agradecimento

Agradeço primeiramente à minha mãe Sonia. Estar distante dela em um momento tão delicado foi uma escolha difícil de ser feita, ainda assim, a todo instante, o que continua a dar-me forças para seguir em frente é a lembrança do seu sorriso e do seu abraço apertado.

Ao meu pai que sempre me encorajou a desbravar o mundo e me deu o apoio necessário, para seguir viagem, mesmo depois de enfrentarmos a situação mais complicada de nossas vidas.

Às colegas Fabiane Brasil e Jeana Barreiro, que se tornaram a minha família em Portugal.

À Rita Cachado, figura de inspiração para mim e que foi sempre tão generosa, atenta e compreensiva nos momentos em que mais precisei.

E a todas as mulheres que contaram suas histórias e colaboraram para que este trabalho fosse realizado.



## Resumo

A dissertação aqui apresentada tem como objetivo conhecer melhor os percursos habitacionais das mulheres brasileiras na Área Metropolitana de Lisboa através da análise das interações que se desenvolvem em um grupo online, formado por aproximadamente 19 mil mulheres. Para tal, como base, vê-se necessária por um lado a percepção de um panorama global caracterizado pela dissolução de fronteiras e facilidade de acesso à informação. Por outro examinar o contexto local através de uma visão da complexa situação habitacional de Lisboa.

Inerente e complementar à estruturação do tema, também será abordado o desenvolvimento da imigração brasileira em Portugal ao longo das décadas, bem como do espaço ocupado pela mulher, tendo em conta as negociações provenientes do recorte de gênero, necessárias em função dos estereótipos presentes no imaginário português para que a mulher brasileira consiga inserir-se na cidade socialmente e territorialmente.

**Palavras Chave:** Habitação, Imigrantes brasileiras, transnacionalismo, Lisboa, Grupos de Facebook.



## **Abstract**

The dissertation presented here aims to better understand the housing trajectories of Brazilian women in the Metropolitan Area of Lisbon through the analysis of the interactions that take place in an online group, formed by approximately 19 thousand women. For this, as a basis, it is necessary, on the one hand, to perceive a global panorama characterized by the dissolution of borders and ease of access to information. On the other hand, to examine the local context through a vision of the complex housing situation in Lisbon.

Inherent and complementary to the structuring of the theme, the development of Brazilian immigration in Portugal over the decades will also be addressed, as well as the space occupied by women, taking into account the negotiations arising from the gender perspective, necessary due to the stereotypes present in the Portuguese imaginary so that Brazilian women can insert themselves in the city socially and territorially.

Keywords: Housing, Brazilian immigrants, transnationalism, Lisbon, Facebook groups.



# Índice

Agradecimento	iii
Resumo	v
Abstract	vii
Introdução	1
Capítulo 1. A imigração brasileira em Portugal e o espaço ocupado pela mulher	3
1.1. A evolução da imigração brasileira e os “perfis migratórios”	3
1.2. A relevância do grupo feminino no corpo migratório e a construção da imagem da mulher brasileira em Portugal	8
Capítulo 2. A ocupação do território de Lisboa em contexto	13
2.1. O cenário habitacional Lisboeta como produtor de segregação e os impactes da Pandemia de Covid 19	13
2.2. A habitação como direito e o acesso às políticas públicas pelos estrangeiros	17
2.3. Padrão ou condição? A espacialização da população brasileira em Lisboa	24
Capítulo 3. O transnacionalismo e as redes de contato no encontro de moradia	27
3.1. O morar em tempos de movimentos transmigratórios	27
3.2. O morar entre o imaginário, o local e o global	31
Capítulo 4. Metodologia	35
4.1. O percurso subjetivo como ponto de partida	35
4.2. Uma Netnografia dos percursos habitacionais	37
Capítulo 5. Análise de Dados	41
5.1. As “Calcinhas em Lisboa”, mulheres brasileiras em rede	41
Capítulo 6. Considerações finais	57
Referências Bibliográficas	61



## Índice de Quadro de Figuras

Figura 1. Print da página inicial do grupo de Facebook “Calcinhas em Lisboa”.	35
Figura 2. Print de algumas das respostas à postagem inicial.	40
Figura 4. Print de algumas das respostas à postagem inicial.	41
Figura 5. Print do Post de procura de quartos e Apartamentos.	52
Figura 6. Print das respostas ao post de procura de quartos e apartamento.	52
Gráfico 1. “Movimentos de entrada (imigração) e saída (emigração) permanente de Portugal, e saldo migratório, entre 2004 e 2019”.	4
Gráfico 2. “Fluxo anual de população de nacionalidade brasileira, por sexo, 2015-2019.”	5
Gráfico 3. “Percentagem dos tipos de Autorizações concedidas em 2021.”	7
Gráfico 4. “População brasileira residente em Portugal por Género. 2000-2020.”	8
Gráfico 5. “Títulos de residência por distribuição etária e género (total de estrangeiros em Portugal)”	10
Gráfico 6. “Distribuição da população brasileira em Portugal em 2021.”	24
Quadro 1. “População estrangeira residente em Portugal nos dez municípios com maior número de estrangeiros residentes, em 2019”.	5
Quadro 2. “Tabela com o fluxo anual de população de nacionalidade brasileira, por estatuto legal e sexo, 2015-2018.”	6
Quadro 3. “Alojamentos clássicos de residência habitual segundo o regime de propriedade por nacionalidades dos ocupantes no município de Lisboa.”	20



## Introdução

O ponto de partida deste estudo deu-se na intenção de perceber as condições habitacionais da população brasileira em Lisboa, ao longo de seu desenvolvimento, tendo a percepção do escasso material disponível principalmente no que diz respeito a dados subjetivos e também da dificuldade em individualizar lugares concretos nos quais as imigrantes brasileiras tendem a instalar-se, surge a necessidade de recorrer à experiência pessoal como imigrante e aos processos que me guiaram ao alcance das primeiras moradias em Lisboa.<sup>1</sup>

Deste ponto, nasceu a necessidade de adentrar o mundo virtual e entender como a questão de gênero implica na trajetória migratória e de territorialização da mulher. Assim como o meu percurso habitacional, a de muitas outras brasileiras atualmente tem como base o encontro da primeira moradia a partir de contatos em redes sociais digitais, processo que se tornou ainda mais comum durante a pandemia de Covid-19, já que a internet tomou ainda mais espaço no nosso dia-dia.

Neste trabalho em específico, será analisado um grupo online formado por 19.400 mulheres brasileiras que vivem ou ainda pretendem viver em Lisboa. Neste são partilhadas histórias, vivências, oportunidades de trabalho e de moradia, para além de ser um *safe-space*, no qual as participantes, que ainda se encontram no Brasil ou que acabam de chegar em Lisboa, sentem-se acolhidas e confortáveis para partilhar seus anseios, preocupações e necessidades.

Tal processo abre espaço para a reflexão sobre como nos dias de hoje a internet e as redes sociais online influenciam até mesmo na forma em que é possível ocupar o território apontando para um processo já notável de dissolução das fronteiras. Prova desta dinâmica é, por exemplo, a possibilidade de criar redes de apoio em um país desconhecido a partir de nenhum contato prévio, o que no passado fazia-se necessário. Atualmente o acesso facilitado a qualquer parte do mundo a partir de um clique ou toque no ecrã do telemóvel possibilita também fazer amigos, encontrar emprego e moradia. Para além disto, o “ir embora” já não implica estar totalmente desconectado do local de origem e o morar em dado lugar não acarreta viver o tempo todo a realidade, já que o virtual se tornou parte do nosso quotidiano. O conceito de lar vem sendo aos poucos alterado.

O quadro supracitado resume uma realidade global, mas ainda assim, apesar de uma certa homogeneização no alcance de informação, o território é modificado a partir das vivências proporcionadas pelo meio digital e novamente capturadas e partilhadas para dentro dele. Por isso,

---

<sup>1</sup> Esta dissertação foi assumidamente redigida em português brasileiro a conselho da minha orientadora.

para o embasamento da pesquisa e interpretação das dificuldades e condicionantes que atuam nas trajetórias habitacionais das mulheres brasileiras, torna-se necessária a compreensão por um lado de um contexto socioespacial local, nomeadamente ligado à imigração da mulher brasileira para a Área Metropolitana de Lisboa (AML), e por outro a análise das dinâmicas construídas no espaço digital por meio da análise do grupo de Facebook.

Neste sentido procede-se a uma leitura histórica do percurso migratório dos brasileiros para Portugal em geral, com ênfase na importância da presença feminina.

Ao falar da imigração da mulher brasileira para Portugal é indispensável abordar questões de gênero, principalmente em função, ainda, da existência de um estereótipo ligado à sexualização e exotização, carregados de um passado colonial com o qual a mulher brasileira tem de negociar para que seja respeitada e consiga se inserir na sociedade em termos laborais, relacionais e, com maior impacto para este trabalho, territoriais.

Para além do enfrentamento dos preconceitos presentes no imaginário português, a questão de encontrar moradia implica examinar a atual dinâmica habitacional lisboeta e como esta se desenvolveu também durante a pandemia, período no qual foi produzido grande parte deste estudo.

O panorama habitacional de Lisboa, já vinha apresentando diversas problemáticas mesmo antes da pandemia, ao voltar-se ao aluguel turístico, que colaborou para a inflação das rendas em geral, tornando evidente a necessidade de políticas públicas que favorecessem o acesso à habitação. Por isto, ao pensar a moradia como um direito, também será feita uma análise das políticas públicas voltadas ao acesso à habitação e à inserção do imigrante à comunidade presentes em Portugal.

Ao tomar como base as questões expostas acima pretende-se ter à mão as ferramentas necessárias para constituir uma leitura em proximidade do percurso habitacional das brasileiras em Lisboa, a partir do estudo do grupo de Facebook “Calcinhas em Lisboa” (calcinha é uma expressão brasileira para roupa interior feminina), as eventuais experiências em seus percursos e, a partir do virtual, tentar perceber para onde se direcionam as mulheres e se eventualmente são criados, a partir daqui, novos padrões de espacialização, vivências e habitabilidades.

## CAPÍTULO 1

# **A imigração brasileira em Portugal e o espaço ocupado pela mulher**

### **1.1. A evolução da imigração brasileira e os “perfis migratórios”**

Portugal, entre a década de 50 e 70 do século passado, caracterizava-se pelo grande fluxo emigratório, a partir da década de 50 principalmente para o Brasil (entre outros países e América do Norte) e até meados da década de 70 para a Europa central e do norte (com evidência para França e Alemanha) ao complementar o déficit no mercado de trabalho (Malheiros, Fonseca, 2011).

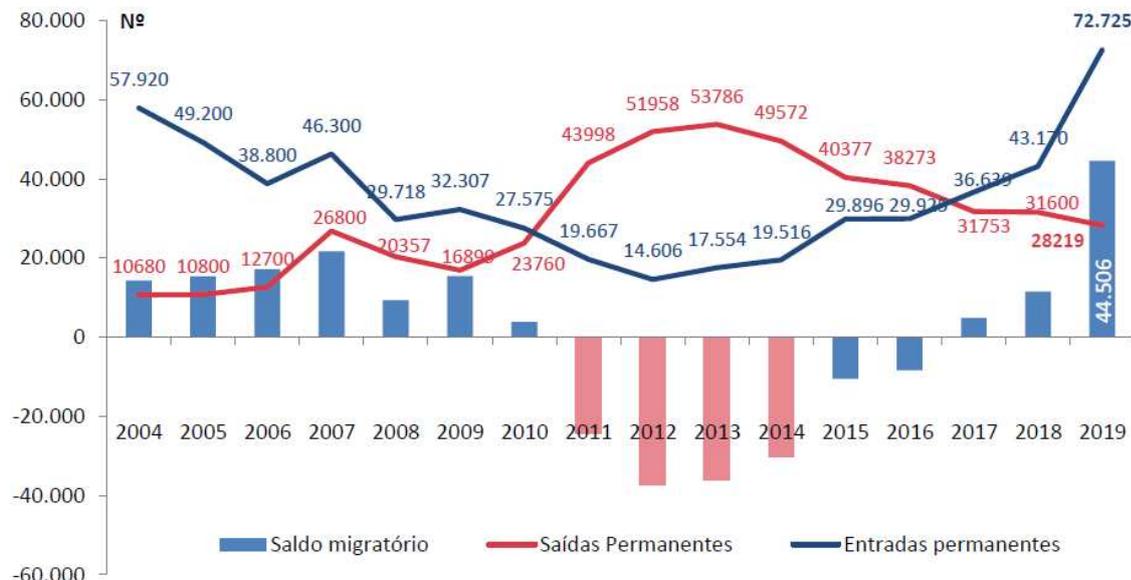
A Revolução de Abril de 1974 faz com que cerca de 800.000 portugueses regressem ao país, direcionando-se fortemente também à Área Metropolitana de Lisboa (AML), o que contribui para o salto populacional do território. A década de 70 é marcada pelo contraste entre uma AML economicamente estagnada (em parte devido à guerra colonial entre 1960 e 1974, impactando diretamente a indústria) e o lugar de acolhimento dos emigrantes em regresso das ex-colônias, de França e Alemanha (enfraquecidas pela crise europeia), ou provindos de áreas rurais almejando melhorias de vida na capital (George, Morgado, 2005). O processo de descolonização, principalmente entre 1975 e 1977, proporciona também a chegada da primeira onda de imigrantes de países terceiros no pós-revolução, provindos predominantemente dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP).

A população da AML cresce muito durante a década de 70, acompanhando estas alterações sociodemográficas, o ritmo migratório segue e se intensifica a partir de 1986 com a entrada de Portugal na União Europeia, com a melhoria da economia e estabilidade política, o que torna o país um destino migratório atraente (Malheiros e Fonseca, 2011). Posteriormente, a intensificação das entradas estrangeiras tem seu pico em 1998-1999, visto o panorama positivo do país e necessidade de mão de obra no mercado de trabalho. Desde esta altura e no início dos anos 2000, destaca-se o fluxo de brasileiros menos qualificados em relação à leva dos anos 80 e imigrantes provenientes do Leste Europeu, fazendo com que as comunidades ucranianas, junto às brasileiras e cabo-verdianas fossem na época as três maiores em Portugal.

O início do Século XXI é portanto marcado por um aumento significativo de estrangeiros em Portugal, derivado em parte da implementação do título de autorização de permanência em consequência da aprovação da Lei de Estrangeiros de 1998, que conduziu à regularização de 183.000

estrangeiros entre 2001 e 2004, a partir deste período os fluxos migratórios seguem aumento constante até 2007, quando com a crise mundial de 2008 há uma queda nas entradas estrangeiras, é possível notar uma leve recuperação em 2009, mas entre 2011 e 2016 há uma perda significativa no montante de imigrantes no país em função da crise financeira e econômica em Portugal, ilustrada no gráfico 1.

**Gráfico 01. “Movimentos de entrada (imigração) e saída (emigração) permanente de Portugal, e saldo migratório, entre 2004 e 2019”.**



**Oliveira, C. R., (2020). “Indicadores de Integração de Imigrantes 2020: Relatório Estatístico Anual. Observatório das Migrações”, ACM, IP. PP. 28.**

Em decorrência da grande inversão no saldo migratório de 2011 a 2016, Portugal não se apresenta como um país de população numerosa estrangeira, o grupo representa 5,7% da população total residente segundo o SEF, o que o coloca atualmente em 28º país na UE em número de estrangeiros residentes, porém com a retomada no aumento de estrangeiros a partir de 2017 demonstra-se um cenário positivo, semelhante ao que se desenvolvia no início do século, quando o saldo migratório foi de +56,2 mil em 2001 de acordo com Oliveira (2020: PP 29).

O panorama nacional exposto anteriormente se repete na AML, que funciona quase como um espelho da situação migratória de Portugal como um todo, já que a distribuição da população estrangeira é heterogênea. A escolha do destino está relacionada a oportunidades de trabalho e redes de apoio mútuo, relativas ao local de residência das primeiras vagas de imigrantes. Em 2017 cerca de 43,2% dos imigrantes residiam no Distrito de Lisboa com destaque para Lisboa (concelho) Sintra, Cascais, Amadora, Loures e Odivelas, que em escala nacional são também os municípios que mais recebem estrangeiros como demonstra a Quadro 1. Seguindo o mesmo autor, a percentagem de imigrantes na AML chega a 44,4% em 2018 e 44,1% em 2019 (Oliveira, 2020: PP 62). O saldo na

região se repete consecutivamente já há muitos anos, em 2001 a proporção correspondia a 55,5% e em 2009 a 51,1% (Malheiros, Fonseca 2011).

**Quadro 1. “População estrangeira residente em Portugal nos dez municípios com maior número de estrangeiros residentes, em 2019”.**

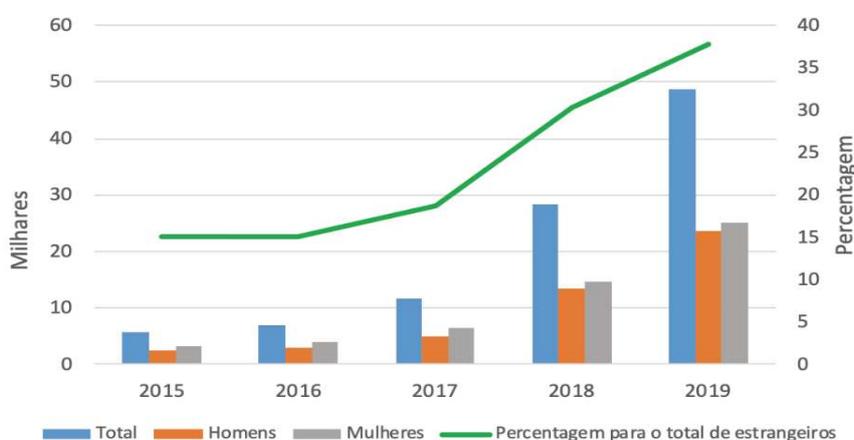
Municípios (top 10)	Número de Estrangeiros 2019	% face ao total de estrangeiros residentes em Portugal 2019	Varição 2018-2019 (%)
Lisboa	98.841	16,7	+24,0
Sintra	37.840	6,4	+19,0
Cascais	30.328	5,1	+20,4
Amadora	21.456	3,6	+20,6
Loures	19.649	3,3	+18,3
Odivelas	17.696	3,0	+22,3
Loulé	17.452	3,0	+18,4
Albufeira	14.813	2,5	+19,9
Porto	14.558	2,5	+21,4
Almada	13.303	2,3	+31,1
Total	590.348	100	+22,9

Oliveira, C. R., (2020). “Indicadores de Integração de Imigrantes 2020: Relatório Estatístico Anual. Observatório das Migrações”, ACM, IP. PP: 63.

Este aumento significativo no número de estrangeiros a partir de 2017 coincide e relaciona-se também com uma nova alteração na Lei de Estrangeiros: a autorização de residência passa a ser aplicável sempre que possível, não condizendo mais com o carácter excepcional que o título possuía anteriormente.

A imigração brasileira segue o mesmo crescimento perceptível no contingente migratório geral, como é possível denotar do gráfico abaixo (Gráfico 2).

**Gráfico 2. “Fluxo anual de população de nacionalidade brasileira, por sexo, 2015-2019.”**



Fernandes, D., Peixoto, J., & Oltramari, A. P. (2021). A quarta onda da imigração brasileira em Portugal: uma história breve. Revista Latinoamericana de Población. PP: 41.

Entretanto também é perceptível uma variação muito maior de perfis em relação às ondas anteriores, destacando-se a entrada de estudantes, trabalhadores independentes, investidores e reformados.

A nova onda de imigrantes brasileiros se define pela diminuição de solicitação de entrada no país por motivo laboral subordinado, já que a conjuntura da economia portuguesa passa a não mais oferecer tantas oportunidades de trabalho nas áreas em que os imigrantes tendiam anteriormente a serem empregados. Os pedidos de entrada no país de 2015 a 2018 podem ser analisados abaixo também em relação ao gênero.

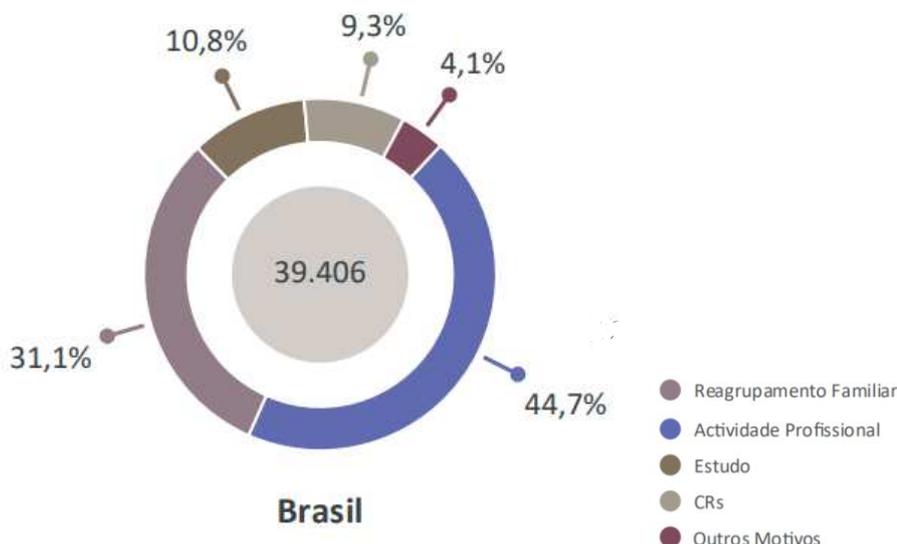
**Quadro 2. “Tabela com o fluxo anual de população de nacionalidade brasileira, por estatuto legal e sexo, 2015-2018.”**

	2015	2016	2017	2018	2015	2016	2017	2018
	Números absolutos				Porcentagem de mulheres			
<b>Títulos de Residência</b>	5.716	7.059	11.574	28.210	58,4	57,6	56,3	52,4
<i>Trabalhadores assalariados</i>								
Art. 88	717	625	956	7.665	45,6	47,7	43,9	40,8
Art. 90	541	387	449	572	48,6	49,4	38,8	20,1
Cartão Azul	0	0	4	1	—	—	25,0	0,0
<i>Empresários e investidores</i>								
Art. 89	63	144	296	648	23,8	29,2	24,3	29,3
ARI (b)	72	206	427	328	51,4	47,1	52,2	48,5
<i>Estudantes</i>								
Art. 91	756	1.119	1.537	4.427	55,6	53,1	56,9	56,0
Art. 92, 93, 94	41	15	54	153	29,3	46,7	61,1	54,2
<i>Reagrupamento familiar</i>								
Art. 98	1.191	1.231	2.030	6.209	58,0	56,5	61,9	61,0
CRs (c)	1.532	2.135	2.100	5.729	72,9	69,7	64,9	65,3
<i>Outros</i>								
Art. 122	655	510	692	50	58,6	62,4	57,5	58,0
Art. 123	6	41	77	94	66,7	9,8	10,4	43,6
Vit. Tráfico e AIL (d)	1	1	5	6	100,0	0,0	0,0	50,0
Outros motivos	141	645	2.947	2.328	46,1	50,7	57,5	43,9
<i>Outros estatutos legais</i>								
<i>Vistos para aposentados e titulares de rendimentos</i>								
Vistos D7	233	630	1.794	3.074	—	—	—	—

Fernandes, D., Peixoto, J., & Oltramari, A. P. (2021). A quarta onda da imigração brasileira em Portugal: uma história breve. *Revista Latinoamericana de Población*. PP: 42.

Segundo a RIFA anual do ano passado (2021: PP38) apresentada pelo SEF a imigração brasileira para Portugal com 39.406 pedidos teve 44,7 % deles voltados à atividade profissional, 31,1 % ao reagrupamento familiar, 10,8 % voltados aos estudos e 9,3 % à Crs.

**Gráfico 3. “Percentagem dos tipos de Autorizações concedidas em 2021.”**



**Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. (2021). “Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo”. SEF. PP: 38**

O aumento no número de estudantes vem sendo notável. A tendência inicia-se com maior intensidade a partir do programa brasileiro Ciência sem fronteiras, em meados de 2011 no governo Dilma (2011-2016) e permitia aos alunos brasileiros passarem uma temporada em universidades de outros países. Com o fim do programa, Portugal continuou um destino atrativo para os estudantes e mesmo com o pagamento de propinas maiores que as dos estudantes portugueses, a procura continua sendo intensa e a aumentar (Fernandes, Peixoto, Oltramari, 2021).

A chegada ao país como estudante também garante um acesso facilitado à autorização de residência pelo que, junto ao visto de estudante concedido no Brasil, os estudantes já chegam a Portugal com uma entrevista marcada junto ao SEF. Desde que seja manifestado o interesse de trabalhar a atividade também é permitida aos estudantes. Não obstante essas facilidades, ainda é bastante difícil a inserção dos brasileiros no mercado de trabalho especializado, já que a validação de diplomas é bastante dispendiosa<sup>2</sup> e ainda existam algumas reservas de vagas aos profissionais nacionais. Um outro dado que permite distinguir os diferentes fins do público migratório brasileiro para Portugal ao longo dos anos, é o montante das remessas (Fernandes, Peixoto, Oltramari, 2021),

<sup>2</sup> A validação de diplomas estrangeiros, deve ser feita por uma universidade portuguesa em que exista um curso semelhante ao frequentado pelo requerente, as taxas são em geral próximas aos 500,00 euros.

os valores foram de 10 milhões em 1999 a 349 milhões no ano de 2006 com uma diminuição evidente em 2012 com 226 milhões. O valor incrivelmente mantém-se estável e similar até os dias de hoje.

Esta última informação pode nos levar a pensar que a diversificação de perfis está menos voltada a imigração somente para fins econômicos e sim com pretensão de estadias prolongadas e até mesmo permanentes. A tendência para o aumento do reagrupamento familiar demonstra a mesma questão, pensando que menos vínculos e dependentes são deixados no país de origem.

Segundo o estudo de Fernandes, Peixoto e Oltramari (2021), nas primeiras ondas migratórias de brasileiros para Portugal, entre os principais objetivos estavam a compra de residência no país de origem, ajudar a família ou até mesmo abrir um comércio. A outra alternativa bastante apelativa era ter Portugal como porta de entrada para Europa, tornando-se um país de passagem e não de permanência.

## 1.2. A relevância do grupo feminino no corpo migratório e a construção da imagem da mulher brasileira em Portugal

A feminização da imigração é um fenômeno global e no caso da imigração brasileira para Portugal, expande-se pelas mesmas razões, Thais França elenca os seguintes fatores para este aumento: o aumento da precarização do trabalho, a necessidade de emancipação financeira da mulher, desenvolvimento do setor terciário e necessidade de mão de obra ligada a cuidados com crianças, idosos e pessoas com deficiência, colmatando assim lacunas não preenchidas pelos governos (França, 2012). Este aumento acaba por ser ainda mais latente em outros países já que em Portugal o número de mulheres sempre esteve acima dos imigrantes do gênero masculino, não obstante, imaginariamente, a imigração ainda seja vista como uma ocorrência majoritariamente masculina (Padilla, 2007).

**Gráfico 4. “População brasileira residente em Portugal por Género. 2000-2020.”**



Gabinete de estratégias e Estudos. (2021). “População Estrangeira Residente em Portugal - Brasil”.

GEE. PP:02

Padilla (2007) ao mesmo tempo, enfatiza a importância da perspectiva de gênero dentro dos estudos migratórios “Os imigrantes têm gênero, pertencem a uma etnia, a uma classe social e inserem-se numa sociedade de acolhimento complexa onde geralmente o mercado laboral está estratificado, étnica e sexualmente” (Padilla, 2007: PP 113). Desta forma as características de cada sujeito interferem na sua integração social e espacial dentro do novo território.

Em diversos estudos, Assis (2003) afirma que o homem era visto como motor do processo migratório, mas de alguma forma mesmo neste esquema migratório, caso não houvesse concordância e colaboração da mulher, o projeto não seria concretizado. Pensava-se também muito pouco no fato que posteriormente a imigração desta mulher pudesse ser emancipatória, principalmente caso a mesma também se tornasse responsável pelos recursos econômicos do núcleo familiar (Padilla, 2007).

Ainda no mesmo estudo, através da análise de relatos, Padilla (2007) reporta um aumento, mas ainda assim, poucos casos de mulheres brasileiras a emigrarem sozinhas e quando nestas condições continuam a ter ligações a redes familiares já presentes em Portugal ou condicionadas ao envio de dinheiro para o Brasil, deixando quase sempre dependentes financeiros, detectando, assim poucos casos de emigração sem raízes fortes ainda no país de origem.

Os casos mais comuns de mulheres que migraram sozinhas referem-se à vivência de experiências ruins no país de origem, ou insatisfação de cunho não financeiro, significando assim a tentativa de uma nova vida, ou expectativas de uma nova perspectiva social e cultural.

Quando se fala de integração de imigrantes ao novo país, sem querer deter-me no aprofundamento deste conceito complexo, é indispensável abordar a questão das redes sociais. O acesso à habitação, emprego e meios de regularização no país de acolhimento, acabam por depender em grande parte destas redes. Neste sentido Assis (2003), ao analisar os imigrantes brasileiros nos Estados Unidos percebe que homens e mulheres as acessam de forma diferente, além destas possuírem características definidas. As mulheres apoiam-se em maior parte em redes familiares, já os homens em redes de amigos. Tal dado pode estar associado ao estigma persistente da mulher que imigra sozinha como uma mulher “aventureira” que procura casamentos por conveniência, uma ideia muito comum no imaginário do português de acordo com Thais França (2012).

Padilla (2007) traz um exemplo bastante ilustrativo quanto a proximidade da mulher dos laços maioritariamente familiares enquanto conta a história de uma imigrante brasileira chamada Isabel:

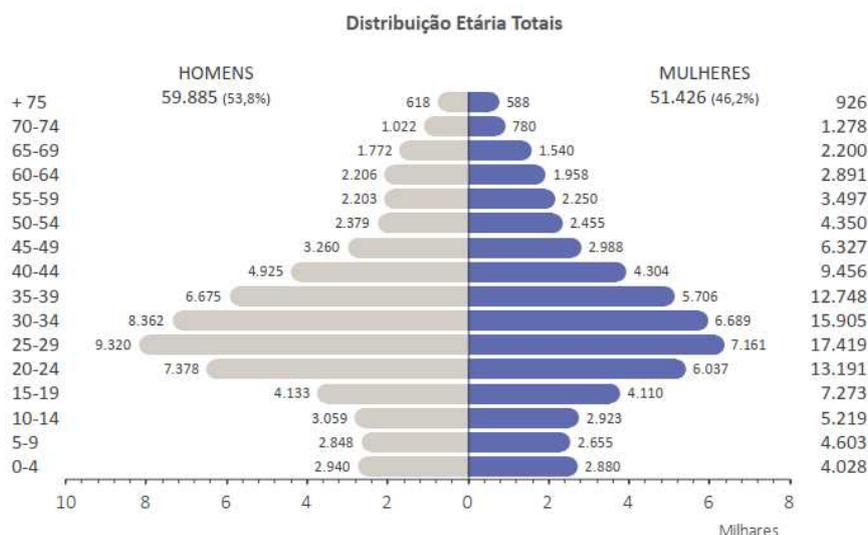
“Isabel vivia confortavelmente com o seu marido e filha (de 18 meses) numa casa e estava a aproveitar finalmente a tranquilidade de morar

sozinha com o marido e a filha, sem partilhar a casa com ninguém, como tinha acontecido anteriormente. Foi então quando a família (mulher e filhos) do primo do marido decidiram vir para Portugal e ela teve que reorganizar a sua casa para os receber. O primo do marido, como estava sozinho, morava em casa partilhada com outros homens, sem condições para receber o resto da família. Por isso, mudou-se para a casa do primo para ficar com a sua família e a do primo.” (Padilla, 2007: PP 121-122).

É perceptível a existência de um primeiro abrigo do homem, dividindo casa com outros homens e com a chegada da mulher e família uma reorganização familiar. As mulheres acabam por ser o elo da reconstrução familiar e ao mesmo tempo responsáveis pela recepção de outra recém chegada e de sua família, bem como por dar instruções quanto aos caminhos para a regularização e primeiras necessidades no país.

Para além da questão do encontro da primeira moradia, com comprovativo de endereço permanente, ter uma situação laboral estável com contrato ou através de estatuto de trabalhador independente também é indispensável. Entretanto é perceptível, pelo menos no início do século XXI, que a inserção da mulher brasileira no mercado de trabalho ainda ocorre em nichos bastante desvalorizados, como o doméstico, o da hotelaria, restauração e atendimento e atendimento ao público no setor comercial (Peixoto, 2002). Nestes meios é notória a informalidade na qual os patrões conduzem as situações laborais, o que dificulta a regularização da mulher em relação ao homem, como é possível denotar nos números abaixo, no caso dos imigrantes em geral.

**Gráfico 5. “Títulos de residência por distribuição etária e género (total de estrangeiros em Portugal)”**



Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. (2021). “Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo”. SEF.

Apesar do número de imigrantes mulheres ser maior, o contingente de homens com

autorização de residência é maior (SEF, 2021). Segundo Padilla, a inserção em nichos como o doméstico e de cuidados com crianças e idosos, acabam por também influenciar na quantidade de informação recebida pela mulher, já que são trabalhos que as deixam muito isoladas do convívio social. Mais uma vez o relato de Isabel trazido por Padilla é ilustrativo:

“eu cá não tenho amigas, conheço pessoas, mas não tenho tempo para ter amizades. A minha vida é de casa para o trabalho e do trabalho para casa. Em casa ainda tenho de fazer as tarefas domésticas, as compras e tomar conta da minha filha. Meu marido tem uma educação machista, ele não faz nada em casa” (Padilla, 2007: PP 122).

A imigração da mulher brasileira ainda mais que em outros países também passa pela manutenção do estereótipo da mulher fácil, que vai empregar-se no ramo da prostituição, estereótipo também repleto de memórias coloniais. Segundo Padilla (2007) a mulher brasileira é vista como exuberante, simpática e sensual o que fica a um passo de sua sexualização e caracterização como prostituta.

Tal estereótipo é recorrentemente afirmado também pelos média. Sobre a questão França (2012) afirma:

“O discurso dos média portugueses em relação às brasileiras repete padrões coloniais e pós-coloniais de dominação à medida em que forja um imaginário estereotipado sobre essas mulheres, essencializando suas identidades, cujos principais atributos enfatizados são a simpatia, o exótico, o erótico e a sensualidade” (França, 2012: PP 116).

Tendo em conta as afirmações acima é perceptível o quanto estas questões ainda são presentes na realidade portuguesa, por isso torna-se imprescindível abordar estas dinâmicas em qualquer estudo voltado à mulher brasileira em Portugal.

O imigrar da mulher brasileira, assim como de muitos outros países do sul em direção ao norte, são carregados de outras negociações a serem feitas, e que vão muito além de atravessar fronteiras geográficas imaginárias. A posição subalterna à qual a mulher é associada, dentro de esferas de poder, influencia totalmente sua experiência imigratória e à presença de seu corpo no território (França, 2021).



## CAPÍTULO 2

# A ocupação do território de Lisboa em contexto

### 2.1 O cenário habitacional Lisboaeta como produtor de segregação e os impactes da Pandemia de Covid 19.

Segundo os recenseamentos populacionais feitos ao longo dos últimos anos pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), a população do concelho de Lisboa vem diminuindo desde a década de 70 e contabiliza uma perda de 17 mil habitantes do censo de 2001 em relação ao de 2011.

A mesma dinâmica se desenvolve conseqüentemente no centro histórico de forma ainda mais acelerada por diversas motivações, como o fim da dependência por parte da antiga população local do sustento provindo da zona Ribeirinha marcada quase até o fim do século XX (Costa, 2008), a suburbanização da cidade acentuada pela expansão de redes de infraestrutura nas décadas de 70 e 80 (Barata Salgueiro, 2017) e as baixas condições de habitabilidade decorrentes da inevitável degradação do edificado na região em função do progressivo abandono populacional.

Políticas públicas direcionadas à reabilitação vem sendo tomadas desde a década de 90 e um dos marcos legislativos sobre a questão, em Portugal foi a SRU (Sociedades de Reabilitação Urbana) de 2004 que a nível local veio dinamizar a parceria entre atores diversos para assim reabilitar os tecidos urbanos degradados (Barata Salgueiro, 2017), mas foi somente após a crise financeira de 2008 com a escassas alternativas de ações por parte do Estado, autarquias e até mesmo do setor privado, que se deu um recurso maior ao turismo, investimento internacional e por conseguinte à real recuperação do centro histórico, com vantagens para esse sector e para o sector imobiliário.

Em vista ao novo panorama surgem diversos recursos de aproximação ao mercado de imóveis dentre estes benefícios fiscais de acesso a fundos de investimentos imobiliários, a ARI (Autorização de Residência para Atividade de Investimento) mais conhecida como “Visto Gold” destinado a cidadãos de fora da UE e o mais impactante em termos de modificação no tecido do setor imobiliário: o Novo Regime de Arrendamentos Urbanos.

O NRAU é aprovado em 2012 no contexto do resgate dos bancos de Portugal pela UE e torna possível a redução dos prazos de arrendamento ou até mesmo a recusa de renovações de contrato, sendo esta transformação um grande gatilho à difusão do Alojamento Local.

O mercado imobiliário passa então de um cenário de estagnação e de arrendamentos congelados à uma maior flexibilização.

O cenário “turístico-imobiliário” atual também se dá enquanto Lisboa é entendida como metrópole inserida nas dinâmicas mundiais. Tal como Castells já alertava no final do século passado, as cidades globais se tornam notórias por seus fluxos (de informação, capital, cultura) que passam a estar acima de sua importância como formação ou função por si só (Castells, 1996).

A facilidade de viajar com rapidez de um canto ao outro do mundo se resume a uma hiper mobilidade (Méndez, 2020) de pessoas e mercadorias, conquistada nas últimas décadas com o progresso dos transportes aéreos e que tem vindo a convergir com o advento das plataformas de arrendamento de curto prazo dentro de um conceito de neutralização das distâncias (Sassen, 1998). Neste sentido essas plataformas, como *Airbnb*, *Booking*, *etc...*, proporcionam uma vitrine mundial de imóveis ao alcance das mãos com um grande número de opções conforme o gosto e poder aquisitivo dos interessados, assim como dá possibilidade aos proprietários de oferecer um produto local, globalmente, obtendo lucros externos de forma quase instantânea.

Em Portugal, tendo em conta o quadro pós crise econômica, a explosão do mercado de alojamento local fez com que arrendar, para pequenos proprietários, se convertesse em uma profissão propriamente dita vindo a ser a fonte de rendimentos mensais de inúmeras famílias. Empresários em nome individual representam 69%, de acordo com um inquérito desenvolvido em todo o país pelo DINAMIA’CET (2020), sendo que as empresas somente representam 31% do todo.

Em Lisboa, segundo o Censo de 2011(INE) apurou-se que havia 86 mil apartamentos familiares não ocupados e segundo Lopes (2018) 47% dos alojamentos se desenvolvia em apartamentos que não tinham, anteriormente, condições de serem habitados. Porém a nova dinâmica de transição de habitações convencionais em alojamentos turísticos que se desenrola com maior intensidade a partir de 2015, traz também, principalmente ao centro histórico, polémicas modificações na cena local através de uma turistificação das funções socioeconômicas e culturais preexistentes<sup>3</sup>. Uma região anteriormente pouco habitada, com população já envelhecida de poucos recursos financeiros (Censo, 2011), rapidamente ganhou um grande fluxo de turistas acompanhado de uma reabilitação do edificado.

O processo não é recente. De acordo com Marcuse (1985) a especulação imobiliária cresce vertiginosamente na área, o número já pequeno de moradores antigos decresce na mesma proporção, alguns através de desalojamento direto, quando o proprietário estipula uma renda de valor incompatível com a condição financeira do inquilino e outros de forma indireta através do sentimento de não mais pertencer ao lugar ou ao aumento de custos de vida na região (Marcuse,

---

<sup>3</sup> Para aprofundamento sobre o tema turistificação, ver Vaz, 2022.

1985). A chegada de novos residentes também é prejudicada mediante o que Marcuse (1985) define como desalojamento por exclusão, conforme o preço dos imóveis alcança valores exorbitantes, fora do alcance da população. No contexto de Lisboa podemos facilmente identificar este processo, sobretudo nos últimos anos.

Ao início da pandemia de COVID-19 o setor “turístico-imobiliário” foi o primeiro impactado em decorrência do regime de confinamento e fechamento de fronteiras. Em função da ausência do intenso fluxo turístico que antes ocupava grande parte dos alojamentos e dominava as ruas da região, evidencia novamente uma problemática que já vinha se desenvolvendo ao longo dos anos, o despovoamento progressivo do centro histórico de Lisboa.

Medidas foram tomadas por parte da Câmara Municipal de Lisboa (CML) já no pré-pandemia com o intuito de mitigar os efeitos da turistificação, especulação imobiliária e modificação da vivência local, como a demarcação de áreas com número restrito de AL, taxaço sobre os lucros e programas como o Renda Segura (CML, 2020) e renda acessível (CML, 2019) que, mesmo tendo sido estudados anteriormente, acabaram por se tornar medidas emergenciais à pandemia. Através da combinação dos dois últimos programas citados, os apartamentos turísticos seriam alugados pela CML com o Renda Segura e posteriormente disponibilizados às famílias de classe média por meio do Renda Acessível, fato é que a adesão foi baixa, de 600 apartamentos somente 177 foram arrendados.

Estas constatações demonstram que as ações tomadas pelo poder público estão longe de serem suficientes, mas de fato a pandemia poderia ter sido uma ocasião para inversão do cenário de despovoamento que se apresentava anteriormente, evidenciada pela remissão do turismo e de reflexão sobre a insegurança de investimento exclusivo no setor por parte dos proprietários.

Percebe-se que o problema do Alojamento Local tem raízes muito mais profundas, a pandemia foi somente um catalizador sob lentes macro, acentuando também diversas outras dinâmicas atreladas à atual economia global (Mendez, 2020). A isto soma-se uma problemática estrutural principalmente em Portugal em que o turismo, a partir da crise de 2008, passou a constituir uma grande fonte de lucro para boa porção da população, sem uma diversificação de investimentos em outros setores e geração de empregos. O turismo hoje é responsável por um em cada cinco empregos em Portugal e 16,5% do produto interno bruto, de acordo com o World Travel & Tourism Council. Como Ricardo Guimarães, diretor do confidencial imobiliário, aponta, o mercado do arrendamento é a opção dos investidores somente quando os outros setores estão em crise (Pinto, 2020).

A esperança de mudança após a pandemia não se concretizou, pelo contrário, as rendas retornaram ainda mais caras e a dinâmica do arrendamento alto e de curto prazo tende a continuar. Quanto a este aspecto Méndez (2020) já afirmava durante a pandemia: “para quem considera a

habitação como uma mera mercadoria e não um direito do cidadão, parece caber a ideia de que a tormenta (pandemia) passará, sobretudo nas grandes cidades” (Méndez, 2020: PP 15).

O programa Renda segura aparenta realmente não surtir grandes efeitos. Para Ricardo Guimarães, a proposta será acatada somente por proprietários que tem o alojamento local como fonte primária de renda (Pinto, 2020) e segundo o estudo desenvolvido pelo DINÂMIA’CET, as razões para a não adesão vão além de uma possível incapacidade do governo de gerir os apartamentos ou de questões de supressões financeiras, mas está ligada a um medo de perder a fonte de renda e o uso-fruto do imóvel, portanto mesmo que 95% dos entrevistados tenham constatado perdas superiores a 75% e 40% alegarem ter mais da metade de seus rendimentos provindos do AL, a opção que atrai minimamente os proprietários é o arrendamento não superior a um ano (Pereira, 2020).

Além da pouca adesão ao programa, abrem-se questionamentos quanto a adequação dos apartamentos turísticos para a vivência de uma família, são em maioria T1’s ou T0’s, alguns sem luminosidade ou ventilação adequados, formatações que foram permitidas pela própria câmara e que agora mostram suas complicações (Pereira, 2020). Como reverter pequenos apartamentos em lares compatíveis ao dia-dia de núcleos familiares? E qual seria o destino das famílias após os 5 anos mínimos propostos pelo programa Renda Segura?

Revisar as medidas a serem tomadas pelo poder público em vista de tantos entraves, apresenta-se fundamental. Repensar de que maneira o setor pode se desenvolver de forma mais sustentável, valorizando o comércio e contratações da população local constituindo um novo senso de comunidade, pode ser uma alternativa <sup>4</sup> e como diz Eduardo Miranda, presidente da ALEP “(...) é mudar a lógica da zona de contenção para zonas de sustentabilidade”<sup>5</sup>

Ao olhar para outros países medidas mais rígidas estão sendo tomadas. Cidades europeias como Budapeste, Paris, Amsterdã e Madri estão impondo termos mais duros sobre esses aluguéis, a fim de recuperar bairros urbanos dos turistas e Berlim optou por ações mais extremas como o congelando os aluguéis por cinco anos em uma tentativa de permanecer acessível (Warren; Almeida, 2020).

Citando Pereira (2020) “Não é possível pensar uma solução política que implica a adesão voluntária de um determinado grupo de pessoas” (2020: PP 3) verifica-se que deixar que a livre demanda agisse por si só, neste caso falhou e que é necessária uma intervenção mais rígida por parte do Estado ouvindo de forma mais próxima seja moradores locais, que pedem por políticas de auxílio

---

<sup>4</sup> Fala de Vera Gouveia Matos durante o debate da apresentação do relatório “Alojamento Local e Covid”, DINAMIA’CET, em 14 de Dezembro de 2020.

<sup>5</sup> Fala de Eduardo Miranda durante o debate da apresentação do relatório “Alojamento Local e Covid”, DINAMIA’CET, em 14 de Dezembro de 2020.

como Habitações sociais (que de fato correspondiam a somente 2% do parque habitacional nacional). (Morais, L., Silva, R., & Mendes, L. 2018)

## **2.2 A habitação como direito e o acesso às políticas públicas pelos estrangeiros.**

A AML cresce desde a década de 70 acompanhando todas estas alterações sociodemográficas, inicialmente a expansão do território urbanizado segue radialmente através de loteamentos frequentemente ilegais, um processo de dispersão territorial (George, Morgado, 2020) caracterizado pelo crescimento desordenado e déficit de habitação digna que leva à implementação, em 1974, da primeira política pública voltada à habitação social ao SAAL (Serviço Ambulatório de Apoio Local) destinado a populações em moradias precárias.

O ritmo migratório segue constante e se intensifica a partir de 1986 com a entrada de Portugal na União Europeia, melhora da economia e estabilidade política o que o torna um destino migratório atraente (Malheiros, Fonseca, 2011). Em sete anos, em 1993 ocorre um segundo grande investimento no setor habitacional denominado Programa Especial de Realojamento (PER), destinado ao combate dos bairros de autoconstrução nas grandes áreas metropolitanas do país (AML e AMP), do qual 20% dos beneficiados eram dos PALOP (Malheiros, Fonseca, 2011). Posteriormente a intensificação das entradas estrangeiras tem seu pico em 1998-1999 visto o panorama positivo do país e necessidade de mão de obra no mercado de trabalho. Como já referido anteriormente, destaca-se o fluxo de brasileiros menos qualificados em relação à leva dos anos 80 e imigrantes provenientes do Leste Europeu fazendo com que as comunidades ucranianas, junto com as brasileiras e cabo-verdianas fossem, naquela época, as três maiores em Portugal.

Em geral, ao analisar o desenvolvimento de modificação sociodemográficas de Portugal e AML da década de 70 até o início do século XXI é possível notar a escassez de políticas públicas voltadas à habitação, em 30 anos destacaram-se somente dois maiores investimentos, nomeadamente o SAAL e o PER correspondendo o primeiro a 1,5 do PIB e o segundo a 0,7 (Matos et al, 2020).

A falta de investimento em habitação social em Portugal é constatada até os dias de hoje, verificando-se até 2015 uma correspondência de somente 2,8% do parque habitacional total segundo o INE. A dificuldade de acesso à habitação em termos gerais torna-se ainda maior para os estrangeiros, muitas vezes decorrente de preconceitos ou impossibilidade de recorrer a créditos bancários por conta do baixo rendimento, a inacessibilidade à moradia em áreas dotadas de oferta laboral, cultural e de lazer, concentradas próximas aos centros urbanos, relegam a população muitas

vezes para áreas periféricas, contribuindo para uma exclusão não somente espacial, mas social constituindo uma das problemáticas ligadas ao tema (Malheiros, Fonseca, 2020).

Assim como a situação laboral a habitação faz-se uma das necessidades primárias para os recém chegados, a alteração do público verificada é perceptível também nos modos de habitação, imigrantes das vagas mais recentes (ucranianos, romenos e brasileiros) quando comparados aos grupos migratórios mais antigos (angolanos, cabo-verdianos e guineenses), optam principalmente pelo arrendamento em detrimento da aquisição, porém tal circunstância não se resume somente ao fator da preferência, mas às dificuldades da nova leva de aceder a casa própria, diferentemente dos grupos de entradas mais antigas dos PALOP em função de sua formação já histórica em Portugal.

O atual acesso à habitação em Portugal concretiza-se majoritariamente através de um crescimento do parque habitacional de 1981 ao ano 2001 com a maior facilidade em recorrer a financiamentos e o estabelecimento da ideia de necessidade da casa própria ou segunda residência. O número de habitações cresce, mas não o número de famílias, fazendo com que exista um elevado montante de habitações desocupadas que contabilizavam ao final de 2011. Segundo o Censo, 86 mil apartamentos familiares não ocupados e é importante ressaltar que este cenário se dá conforme a predileção pela compra de novas habitações, abandono de antigos centros urbanos e fraco dinamismo do mercado de arrendamento em consequência do congelamento de rendas (George, Morgado, 2005).

Devido a esta dinâmica que se desenrola do final do século XX e início do século XXI os portugueses caracterizam-se por ser uma população de proprietários, mas para os imigrantes (assim como para outros grupos mais vulneráveis) o acesso à compra de um imóvel, mesmo com a facilitação na obtenção de crédito proporcionada pelo país é difícil devido aos altos preços das residências, poucas garantias a dar em troca e baixo poder aquisitivo dos estrangeiros, o que os faz recorrer ao mercado do arrendamento mesmo de valor elevado, já que há escassa oferta pública. Por vezes os apartamentos são sobrelotados compartilhados com amigos e familiares, em bairros degradados e estigmatizantes para redução de custos (Malheiros, Fonseca, 2011).

O Artigo 65º da constituição da república portuguesa de 1976, afirma “Todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar.”

A primeira política pública após a revolução de 1974 em Portugal, como já mencionado, se deu lugar no mesmo ano e foi denominada SAAL constituindo até os dias de hoje o maior investimento em moradia social por parte do Estado, o que correspondeu a 1,5% do PIB. Em 1985 cria-se o INH (Instituto Nacional de Habitação) atualmente conhecido como IHRU (Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana) (Matos et al, 2020).

A segunda maior medida habitacional, já guiada pelo IHRU, foi o PER (Programa Especial de Realojamento) que se prolongou até o início do século atual. O PER tinha como objetivo a erradicação dos bairros de auto-construção na Área Metropolitana de Lisboa e do Porto e ao longo de 10 anos (de 1993 a 2003) o programa cumpriu em uma parte de sua meta, através do realojamento e acesso a casa própria por um grande número de famílias, deste tiraram grande proveito a primeira leva migratória dos PALOP que correspondiam, em sua primeira seleção a 20% dos beneficiários, sendo este também um dos motivos de grande parcela dos integrantes mais antigos deste grupo étnico serem proprietários, quando comparados a outros imigrantes (Malheiros, Fonseca, 2011).<sup>6</sup>

Em 2004 surge o PROHABITA que diferentemente do PER funcionava como regulador de atribuições de financiamento em casos graves de carência habitacional focado no atendimento do território como um todo e não só das Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto (Antunes, 2019).

Mais recentemente, em 2017, com a Nova Geração de Políticas de Habitação (NGPH) constata-se um número maior de políticas que contemplam diferentes necessidades e perfis e que incorporam condições para a reabilitação do setor residencial em abandono. Como substituição ao PROHABITA, surgem o programa 1º Direito e o Porta de Entrada, ambos destinados à resolução de casos mais graves de urgência habitacional que incluem precariedade, sobrelotação, insalubridade, insegurança e inadequação (acessibilidade). Já os programas Arrendamento Acessível, Porta 65-Jovem e Regime de Arrendamento Apoiado são orientados para perfis com necessidades, não menos importantes, porém mais brandas. O arrendamento Acessível visa a promoção de habitação privada com arrendamentos compatíveis aos rendimentos familiares. O Porta 65-Jovem, destina-se à população dos 18 aos 35 anos concretizando-se através de apoio financeiro e o Regime de Arrendamento Apoiado comporta na disponibilização de habitações detidas direta ou indiretamente pelo Estado através do arrendamento e subarrendamento.

Nos últimos 4 anos surgiram mais medidas voltadas ao acesso à moradia que nos 50 anos anteriores, mesmo que dentre as políticas públicas de habitação, não exista uma direcionada especificamente aos imigrantes a sua variação e amplitude proporcionam possibilidades infinitamente maiores para um público que, como já mencionado, apresenta extrema dificuldade de aceder à moradia, de fato uma maior sensibilização neste quesito veio se desenvolvendo na última década, um exemplo é a inserção de uma seção especialmente dedicada a moradia e imigração na própria Estratégia Nacional de Habitação (PEH), aprovado em 2015 com a seguinte premissa

---

<sup>6</sup> Para uma leitura do ambiente sociopolítico da implementação do PER, ver Cachado 2013. Para uma leitura sobre a segregação socioespacial e também racial que o PER acabou por promover, ver Alves 2021.

“Promover a Integração de minorias étnicas e de imigrantes e a melhoria de suas condições de alojamento”(IHRU, 2015).

Na última década a contribuir para ao alargamento da inclusão dos imigrantes, surgem também os Planos Estratégicos para as Migrações (PEM) a nível nacional e os Planos Municipais para a Integração de Imigrantes os PMII, que apontam diretrizes para tal em diversos setores incluindo o da habitação.

O primeiro PEM surge em 2007, na época ainda chamado de Plano para Integração de Imigrantes (PII) sendo o mais recente direcionado ao período de 2015 a 2020 com uma proposta bastante generalista em relação ao âmbito habitacional, já que os programas de ação mais detalhados se tornaram de responsabilidade dos municípios, através dos PMII's. A implementação dos PMII's ocorre a partir de 2014 sendo os planos mais recentes propostos de 2018 a 2020 diferentemente dos PEM de elaboração quinquenal.

Para efeitos de entendimento dos planos foram consultados os PMII's dos 5 principais Municípios da Área Metropolitana de Lisboa, que como já exposto anteriormente também figuram os 5 Municípios em Portugal com maior presença de imigrantes atualmente, sendo estes Lisboa, Sintra, Cascais, Amadora, Loures e Odivelas. Alguns Planos como o de Sintra e Cascais apresentaram-se bastante vagos quanto a políticas de habitação e urbanismo voltadas aos imigrantes. O plano mais recente encontrado de Cascais é do ano de 2015 a 2017 assim como o de Loures e o de Odivelas é inexistente, já o de Lisboa e Amadora encontram-se atualizados correspondendo ao período de 2018 a 2020. Um bom diagnóstico local é feito no PMII's de Lisboa, Amadora e de forma discreta no de Loures, que serão aqui pormenorizados. O Plano de Lisboa (2018-2020) constata já inicialmente a vulnerabilidade da população imigrante em relação ao acesso à moradia e segue com uma exposição de dados estatísticos. O primeiro tema abordado é quanto ao regime de propriedade de habitação, no ano de 2011 segundo o Censo em função das nacionalidades, presente no Quadro 3 abaixo.

**Quadro 3. “Alojamentos clássicos de residência habitual segundo o regime de propriedade por nacionalidades dos ocupantes no município de Lisboa.”**

	Proprietário ou coproprietário	Arrendados e subarrendados	Outra situação
01.Total	51,8	42,3	6,0
02.Portugal	53,5	40,6	5,9
03.Estrangeira	18,6	74,8	6,6
04.U.E15(s/PT)	44,7	49,9	5,3
05.U.E27(s/PT)	36,2	57,8	6,0
06.Roménia	6,4	83,3	10,3
07.Ucrânia	11,3	77,4	11,3
08.PALOP	13,8	79,5	6,7
09.Angola	21,1	71,4	7,5
10.Cabo Verde	10,0	85,2	4,8
11.Guiné-Bissau	11,1	82,9	6,0
12.São Tomé e Príncipe	7,8	84,3	7,8
13.Brasil	7,1	86,1	6,8
14.China	42,5	52,0	5,5
15.Índia	5,4	91,9	2,7
16.Nepal	9,7	89,0	1,3
17.Bangladesh	8,3	91,7	0,0

Fonte: INE, Censos 2011; Disponível em: PMIIL 2018-2020.

Conclui-se que a maior parte dos proprietários estrangeiros de moradia privada no Município de Lisboa provém de países da UE-15 (44,7%), seguidos da UE-27 (36,2%) e China (42,5%), diferentemente de quando se trata de habitações públicas já que a população de proprietários predominante, é o grupo oriundo dos PALOP, segundo o próprio Plano, em conformidade aos processos de realojamento dos anos 90 (CML, 2018).

Já a nova leva de população dos PALOP, Ásia, Brasil e Leste Europeu recorrem em maioria ao arrendamento, formal ou informal, e frequentemente vivem em apartamentos sobrelotados.

O PMIIL alerta também sobre o que pode vir a ser uma complicação ainda maior ao acesso à habitação por parte de grupos de imigrantes já fragilizados que habitam o centro em função dos processos de turistificação e gentrificação da região nos últimos anos e em pesquisa qualitativa realizada pela Câmara, fica evidente que o fator da especulação imobiliária do Concelho é um grande obstáculo ao arrendamento de moradia para estrangeiros (agravado em situação de asilo), assim como o preconceito que decorre da estereotipação do imigrante.

Os objetivos do plano em resposta às problemáticas expostas são a regulação do alojamento local para diminuição da especulação imobiliária, maior fiscalização dos contratos de arrendamento visando diminuir os casos de informalidade, criação de bolsas específicas para refugiados, realização de ações de sensibilização para o acolhimento de imigrantes e refugiados (CML, 2018).

O Plano de Integração de Imigrantes de Amadora assim como o de Lisboa apresenta inicialmente dados estatísticos. O primeiro tópico abordado verte sobre a ocupação do parque habitacional público, afirmando como grupo de ocupação maioritário o dos portugueses com 83,3%, seguido dos cabo-verdianos com 13,4% e outros grupos populacionais dos PALOP. Os resultados mostram-se bastante diferentes quando se faz a proporção por nacionalidades em relação ao número total da população no município concernente aos residentes em habitações sociais precárias. Segundo dados da própria Câmara de Amadora, do ano de 2018, correspondem 16,7% a cabo-verdianos, 11,4% a imigrantes de Moçambique e apenas 3,9% de Portugal (CMA, 2018).

O PMII da localidade promoveu também uma pesquisa qualitativa através da qual são relatadas estigmatizações em relação ao bairro de residência dos imigrantes dificultando a integração dos mesmos, em consequência desta situação, decorre o isolamento espacial e social destes grupos com relações de interação que acabam por se desenvolver somente dentro dos próprios bairros, além dos problemas de sobrelotação e informalidade no arrendamento também enfrentados em Lisboa.

O objetivo geral do plano em relação à habitação e migrações é assegurar habitação e recursos materiais necessários à subsistência das famílias (CMA, 2018).

O Plano de Loures é de 2015, mais sucinto em relação aos outros dois detalhados antes e traz dados de 2008 do Alto Comissariado para as Imigrações (ACM) quanto à percentagem da população

imigrante adepta ao arrendamento e à propriedade, afirmando um valor superior de adesão ao arrendamento, 67,1%, enquanto apenas 24,1% da população estrangeira de Loures se declarou proprietária. Ainda o plano aponta como objetivos melhorar as condições de habitabilidade de alojamentos das famílias (CMLRS,2015).

Ao correlacionar os 3 planos diagnósticos que se repetem são a sobrelotação de apartamentos, predominância de proprietários oriundos dos PALOP de primeira geração no parque habitacional público, informalidade no ato do arrendamento por parte dos senhorios, dificuldade de acesso à moradia e integração relacionados ao preconceito.

É possível perceber que Portugal e consequentemente a AML (principal destino de imigrantes no país) ao longo dos anos tiveram grandes alterações no fluxo emigratório e imigratório com particular relevância, neste século, no período entre 2011 e 2016 com um decréscimo notável no número de estrangeiros em território nacional, um movimento reverso inicia-se somente a partir de 2017 alcançando em 2019 um saldo nunca antes atingido pelo país, se aproximando a meio milhão.

Assim como os fluxos alteram-se também os perfis de entrada em território nacional, principalmente em relação a última onda quando comparada às anteriores, sendo consequência uma alteração também no acesso à habitação. Principalmente na AML, como reportam os PMII, enquanto as primeiras vagas de imigrantes predominantemente dos PALOP hoje em dia representam a maior parcela de proprietários do parque habitacional público (situação relacionada também ao acesso ao PER de 1993), quando nos referimos ao mercado privado os principais proprietários são da União Europeia ou chineses. Nos fluxos migratórios atuais também é perceptível o recurso ao arrendamento, principalmente quando se trata de estrangeiros de países terceiros, como a nova geração dos PALOP, Leste Europeu e Brasil, os apartamentos são frequentemente arrendados informalmente e sobrelotados, como foi diversas vezes reportado por várias das fontes consultadas neste trabalho.

As Políticas Públicas em Habitação não tiveram tanta variação quanto a entrada e saída de migrantes ao longo dos anos. De 1974 a 2000 resumiram-se a duas principais (SAAL e PER) e ainda assim são as de maior investimento até os dias de hoje, as medidas relacionadas com a moradia vão se modificar mais fortemente somente em 2017 com a Nova Geração de Políticas de Habitação (NGPH) coincidindo com o início da terceira e última grande onda de imigrantes pós-revolução.

Os novos programas propostos pelo NGPH tem maior variedade de perfil, contemplam ofertas públicas e privadas, mas não incluem nenhuma facilitação ao público imigrante, ressaltando que toda e qualquer ampliação de políticas que contribuam ao acesso à moradia reflete grandemente no aumento de possibilidade de chegar à habitação digna, assim como não somente a legislação direcionada ao acesso à habitação tem influências sobre o mesmo; um exemplo são as duas alterações feitas na Lei de Estrangeiros em 1998 e em 2017, com o favorecimento da regularização

dos imigrantes, que foram imprescindíveis para o aumento do fluxo de estrangeiros e consequentemente maior integração, já que para aceder a qualquer tipo de auxílio ou arrendamento formal é necessário estar legal perante o país.

A partir de 2010 o tema da imigração ganha campo também com a implementação do PEM e em 2017 com o PMII, este último objeto de 3 breves análises neste trabalho. Logo ao procurar pelas propostas na plataforma digital de algumas das Câmaras de Municípios da AML, é factual ausência de sua elaboração em alguns dos Concelhos, assim como durante a apreciação do conteúdo em alguns dos PMII nota-se a execução de diagnósticos gerais com medidas abrangentes e pouco palpáveis. A intenção é das melhores e constitui um grande potencial, mas no caso específico das seções de Urbanismo e Habitação não há comunicação direta com as propostas nacionais de acesso à moradia.

Ao concluir, entende-se que a população imigrante em Portugal e mais concretamente na AML tende a crescer e perdurar, sendo também fonte de novo fôlego para países com população mais envelhecida como é o caso, portanto, é de suma importância tomar medidas que sejam direcionadas aos estrangeiros quanto a sua inclusão, combate ao preconceito e acesso à moradia digna, além de dar mais atenção a programas com grande potencial como os PMII e PEM e incluir nas políticas de habitação nacional medidas que os favoreçam diretamente.

É óbvio que a questão habitacional e seu acesso são uma problemática também para a população nacional, que como mencionado durante a exploração do tema (em especial no município de Lisboa), foi se afastando do centro que se tornou sobretudo a partir de 2015, alvo do desenvolvimento de alojamentos locais, especulação imobiliária e rendas exorbitantes, conduzindo à uma suburbanização seja de estrangeiros seja de nacionais. Há tanta casa vazia e em contrapartida tantos apartamentos sobrelotados por imigrantes, prezar pelas medidas de acesso à habitação é uma das formas de reverter a situação a favor de portugueses e estrangeiros.

Em um artigo conjunto Cachado (que desenvolve uma pesquisa também referencial para o desenvolvimento deste trabalho junto da população Hindu em Lisboa) e Frangella (2019) abordam os desafios sofridos por duas diferentes populações, hindu e brasileira para o acesso à habitação e para além da realidade do arrendamento observa-se um distanciamento do brasileiros do conceito de provisão habitacional pelo estado, segundo as autoras, pela tradicional desconfiança que os brasileiro tem para com o Estado e pela existência de poucas políticas eficazes no Brasil.

As autoras se aprofundam na perspectiva da função social da casa e no seu acesso como direito a qualquer cidadão, estrangeiro ou não. Mais detalhadamente em relação aos brasileiros percebe-se, ainda, o desenvolvimento de pesquisas em toda a Europa muito mais voltadas as questões afetivas, práticas e sobretudo quanto ao desenvolvimento das redes (que tanto os ajudam a encontrar um lugar para ficar ao chegar em um novo país), mas pouco se fala da habitação como

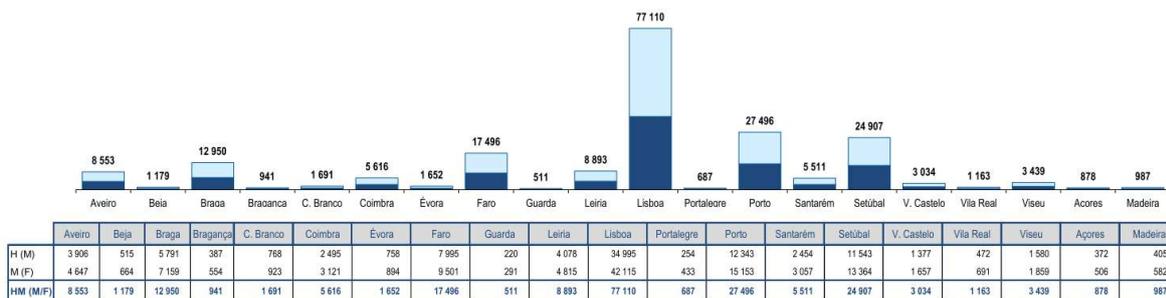
direito. Os brasileiros utilizam o sistema de saúde e educacional, mas a questão habitacional parece não estar realmente no imaginário brasileiro a partir desta perspectiva.

## 2.3 Padrão ou condição? A espacialização da população brasileira em

### Lisboa

Não obstante uma evidente concentração de migrantes brasileiros na AML a partir de 1999, não há sinais de constituição de bairros brasileiros, os imigrantes acabam por fixar-se em diversas regiões de Lisboa e Grande Lisboa (Cachado e Frangella, 2019). Recentemente, mediante análise de dados estatísticos, o Gabinete de Estratégias e Estudos (2021) indica como principais pontos de presença de brasileiros em Portugal distritos pertencentes à AML, Lisboa e Setúbal, como é possível notar através do gráfico apresentado abaixo.

**Gráfico 6. “Distribuição da população brasileira em Portugal em 2021.”**



**Gabinete de estratégias e Estudos. (2021). “População Estrangeira Residente em Portugal - Brasil”.**

### GEE. PP:02

Este movimento torna o estudo sobre a relação dos imigrantes brasileiros e as questões habitacionais algo difícil do ponto de vista da abrangência espacial, para além dos obstáculos proporcionados pela escassa existência de dados oficiais quantitativos e principalmente qualitativos.

Malheiros e Fonseca (2011) no relatório “Acesso à habitação e problemas residenciais dos imigrantes em Portugal” desenvolvido junto ao Observatório da Imigração a partir do censo de 2011, trazem algumas informações sobre as formas de ocupação habitacional por parte dos brasileiros e também referem algumas dificuldades ao acesso à habitação como por exemplo a constatação de preconceito ao momento de arrendar um apartamento, fato evidenciado a partir de uma pesquisa de campo por contato telefônico com os arrendatários, que ao ouvir o sotaque alegavam indisponibilidade do imóvel.

O relatório expõe também a baixa presença da população brasileira no parque habitacional social (como também foi notado a partir da análise dos PII no capítulo anterior) e baixos números de proprietários de imóveis em geral, ao ser evidenciada uma maior recorrência pelos brasileiros ao

mercado de arrendamento privado, com uma propensão à ocupação de um único apartamento por muitos indivíduos (denotando padrões de sobre lotações) e pagamento de rendas mais altas em relação aos nacionais e imigrantes da UE.

A despeito da importância destas informações e da revelação de alguns padrões que se confirmam ao consultarmos trabalhos de proximidade a esta população, elas acabam por não responder aos principais questionamentos desta pesquisa, isto é, qual é a trajetória e quais são as reais condições habitacionais e de acesso dos imigrantes brasileiros na AML? Fatores que passam a se tornar muito mais nítidos a partir de abordagens etnográficas.

Frangella, neste contexto apresenta um estudo de longa duração junto aos imigrantes brasileiros em Portugal, mais especificamente em Lisboa, com maior ênfase relativamente à população proveniente de Goiânia. Um de seus trabalhos, publicado em 2013, que versa inclusive sobre a forte presença de brasileiros na região no período da investigação, como um pequeno polo de redes de entreatajuda para brasileiros. Examinaram-se as relações e experiências entre o Bairro, os imigrantes e a população local, além de se abordarem questões como o impacto das heranças coloniais nas vivências dos brasileiros na região. Embora o foco do texto não seja exatamente a relação com o habitar, é ressaltada a importância das redes sociais e comerciais transnacionais na adaptação dos imigrantes brasileiros, a partir das quais se constrói um sentido de pertencimento, o sentimento mais conhecido como o “sentir-se em casa”. A mesma importância destas redes é também retratada, por exemplo, por Sheringham (2010) ao abordar a dinâmica de “criação do lar” pelos brasileiros na cidade de Gort, na Irlanda.

O papel das redes, mais especificamente no acesso à habitação, é trabalhado em um segundo texto de Frangella (2014), tendo como alvo principal, agora, a população goiana. A autora analisa, através do acompanhamento de diversos imigrantes brasileiros, as relações de vizinhança e coabitação, esta primeira “entendida como agrupamentos de entreatajuda que envolvem distintas relações sociais e formas de solidariedade e conflito, promove uma reelaboração das relações de mutualidade dos migrantes em circulação.” (Frangella, 2014: PP 1).

A autora evidencia a fixação dos migrantes brasileiros em locais de que já tenham tido referência anteriormente via contatos pré-existente no país de origem, podendo ser estes intermediários, amigos, familiares ou colegas não tão próximos. Ao chegar em Portugal os novos imigrantes acabam por morar nas proximidades destes conhecidos ou mesmo na mesma casa. Neste sentido Frangella traz novamente a informação, já constatada no relatório feito pelo Observatório da Imigração, de que inicialmente os migrantes brasileiros “se aglomeram” e dividem a casa com outros amigos ou familiares, o que comporta de fato a prática mais comum do arrendamento.

A questão não se dá somente nas questões habitacionais, mas também em relação à inserção no mercado laboral. No capítulo relacionado com a imigração das mulheres brasileiras, já foi possível abordar brevemente quais os padrões intrínsecos às redes acessadas pelas mulheres, mas ainda assim sem trazer novas pistas sobre certa espacialização na AML. Fato é que como dito por Fernandes, Peixoto, Oltramari: “As redes de afeto são diretamente relacionadas a conseguirem casa para morar, amigos para usufruírem juntos de lazer e para indicação a um trabalho ou emprego” (2021: PP 54)

No mesmo estudo Fernandes, Peixoto e Oltramari (2021) reportam segundo relatos recolhidos por eles que os brasileiros possuem dificuldade em fazer amizade com os portugueses e que a possibilidade de lazer ligada à vida gastronômica diminui consideravelmente em relação ao Brasil em função da falta de dinheiro, já que junto com as rendas elevadas, aumentam de forma relevante os gastos mensais.

Entretanto os valores absurdos não são cobrados apenas pelos próprios portugueses, é evidente uma porção de brasileiros que explora outros brasileiros, um dos relatos trazidos por Fernandes, Peixoto e Oltramari (2021) diz:

“Eu subloco um quarto em um apartamento de uma brasileira. Pago € 450 o mês. Acho caro, para só poder usufruir do quarto, já que a sala do apartamento ela também transformou em quarto.” (Fernandes, Peixoto e Oltramari, 2021: PP 55)

Observou-se também a dificuldade que a mulher tem para encontrarem quarto para alugar, resultante do preconceito enraizado no imaginário português (Fernandes, Peixoto e Oltramari, 2021). Por isso se verifica uma necessidade e apego às redes familiares, como já comentado no capítulo sobre imigração das mulheres brasileiras para Portugal.

Antes de me debruçar sobre a metodologia e depois sobre o caso de estudo do grupo de mulheres, importa abordar o transnacionalismo e como este tem sido conceptualizado na literatura, bem como a sua relação com a noção de pertencimento à casa, o que será realizado no capítulo que se segue

## CAPÍTULO 3

# O transnacionalismo e as redes de contato no encontro de moradia

### 3.1 O morar em tempos de movimentos transmigratórios

As dinâmicas migratórias atuais, assim como nossa vida cotidiana, indubitavelmente tem sido influenciadas pelo fenômeno da globalização. Nas últimas décadas, os avanços da tecnologia, meios de comunicação e transporte, marcam um contexto de neutralização das distâncias (Sassen, 1998), que possibilita a existência de uma hipermobilidade de pessoas, mercadorias, informações, capital e cultura ao terem como principais pontos de captação, as cidades globais (Castells, 1996).

Neste panorama o ato de migrar passa a ser uma prática transnacional que envolve o estabelecimento de redes extremamente complexas de dependência, com formação de laços sociais, econômicos e políticos (Schiller e Blanc, 1995) seja no país de origem seja no país de destino. Segundo Appadurai (1990), os tempos atuais são caracterizados pela desterritorialização, em que há necessidade de rever o conceito de identidades de grupo; estas passam a não mais estar delimitadas territorialmente ou são culturalmente homogêneas. Segundo o autor, ainda, um dos maiores desafios atuais para os investigadores é conseguir identificar as estruturas da localidade e as vivências em um mundo globalizado (Appadurai, 1991 *apud* Schiller e Blanc, 1995).

Portanto, não obstante o aparente desprendimento das práticas transnacionais a um único território é importante perceber que as dinâmicas são negociadas em escalas locais e se constroem nesta perspectiva, de forma intensa; o entendimento do transnacionalismo e de um posterior translocalismo permite a elucidação das experiências quotidianas dos imigrantes, das relações sociais, culturais e econômicas. A construção do “lar” transnacional, ou melhor, translocal é, por exemplo, negociada através de conexões em quatro escalas, de acordo com Brickell e Datta (2011): dentro do espaço nacional, na escala regional, da cidade, do bairro e da própria casa.

Por sua vez o conceito de lar está relacionado a diferentes dimensões: à sua materialidade como um bem, ao seu caráter social como direito e ao seu imaginário como um local de pertencimento e identidade (Brickell e Datta 2011).

A interpretação do que vem a ser o lar e o morar, no contexto das migrações transnacionais assim como a leitura das trajetórias dos imigrantes ao chegar em determinado país, como esta partida influencia a vida de quem ficou para trás, tanto quanto o papel destas conexões na

construção daquela que vem a ser a realidade constatada pelos imigrantes e aquilo que correspondia ao seu imaginário.

Historicamente a palavra “transnacionalismo” de início foi empregada em outras áreas de estudo que não as ciências sociais. De acordo com Schiller e Blanc (1995) o termo começa a ser mais fortemente utilizado na década de 60 no âmbito econômico para definir a existência de conexões corporativas em mais de um país. Posteriormente em outros meios intelectuais passa a definir a dinâmica de expansão das fronteiras nacionais e extensão de instituições ou ideias políticas para além dos limites territoriais de um país.

Continuando com as mesmas autoras o significado do adjetivo “transnacionalismo”, como o entendemos hoje, é recente e incorpora as várias nuances anteriores como forma de diminuição da importância das fronteiras nacionais no processo de construção da mobilidade de ideias, objetos e pessoas (Schiller e Blanc, 1995).

Segundo Wimmer e Schiller (2001), porém, a noção unilateral de um transnacionalismo relativamente recente de ligação estreita com a globalização e o neoliberalismo, exclui uma perspectiva muito mais ampla do processo. Como elucidado por Smith (2005), para o entendimento da atual conjuntura das práticas transnacionais é importante definir o que era o transnacionalismo no passado e como ele se constitui agora. Neste sentido, Wimmer e Schiller (2010) evidenciam uma correlação entre a construção dos estados-nação, migrações transnacionais e o estudo destas ligações pelas ciências sociais.

Os autores discorrem sobre de que forma os conceitos de imigração, práticas transnacionais e imigrações transnacionais se modificaram no decorrer do tempo através de quatro fases distintas de construção dos estados-nação a partir de 1870 (Wimmer e Schiller, 2001 *apud* Smith, 2005). O foco da análise está na relação entre o transnacionalismo, desenvolvimento de barreiras mais restritivas à imigração, o fechamento de regimes de cidadania relativamente abertos, a perpetuação do nacionalismo, o nascimento de novas regras de segurança junto às fronteiras e principalmente os impactos causados pelo fim da Primeira Guerra Mundial na construção do discurso de nação, possibilitando a visão de que o mundo moderno sempre foi transnacional, mas se tornou com o decorrer do tempo, territorialmente mais restritivo (Wimmer e Schiller, 2001 *apud* Smith, 2005).

Porém o que se observa na contemporaneidade é que há, sim, um aprofundamento das práticas transnacionais em função do avanço das tecnologias, meios de transporte e comunicação, conseqüentemente também presente na complexidade dos padrões migratórios (Smith, 2005), marcando o enfraquecimento do conceito de estado-nação e o crescimento das cidades globais, eixos de acumulação de capital (Knox, 1994, Knight e Gappert, 1989 *apud* Schiller e Blanc 1995).

As análises sobre migrações transnacionais atualmente, têm elevado grau de singularidades como as de classe, religiosas, de gênero, políticas e econômicas ao tornar o enredo das redes de

conexões através das fronteiras cruzadas pelos transmigrantes, muito mais rico e complexo de ser estudado (Smith, 2010). Assim, análises migratórias baseadas em movimentos lineares foram se revelando cada vez mais obsoletas (Dias, 2019) e insuficientes conforme as relações sociais, simbólicas e materiais entre os países de destino e o de origem, se fizeram também mais intrincadas (Sheringham, 2010).

Os estudos sobre transnacionalismo que emergem a partir da década de 90, amplamente voltados às diásporas, que ao mesmo tempo buscam entender a correlação entre indivíduos e comunidades que vivem entre fronteiras ou em um país distante do seu e os laços seja materiais, seja imaginários (de apego e pertencimento) com a “homeland”, foram respostas a este contexto migratório amplamente diverso (Sheringham, 2010) e desde então o interesse e as diferentes abordagens metodológicas sobre o tema cresceram de forma exponencial, bem como as respectivas críticas às mesmas, incluindo o fato de que, em diversos casos as práticas transnacionais são descritas como dinâmicas que ocorrem “através” dos espaços, excluindo a possíveis relações específicas com os lugares. Porém estudos surgem com tentativas de situar o transnacionalismo, para que análises mais profundas das relações e redes sociais possam ser feitas em escalas de análise menores (Sheringham, 2010).

Considerando a ampla literatura atualmente existente sobre o tema, algumas investigações de base atingiram grande relevância para o avanço de pesquisas transnacionais cada vez mais refinadas e repletas de nuances, como o contributo de Hannerz (1996) para o estudo das trocas culturais no mundo, atestando a insuficiência da compreensão do conceito de cultura somente em âmbito nacional ao descrever estas dinâmicas dentro da cidade como resultantes de relações seja locais, seja transnacionais, trazendo importância às ações quotidianas.

Schiller e Blanc (1995) também constata a riqueza dos processos transnacionais no espaço, ao relatarmos que “quando estudamos migrações ao em vez de fluxos ou representações culturais abstratas vemos que os processos transnacionais estão localizados dentro de experiências de indivíduos e famílias formando o tecido e a urdidura das atividades diárias, dos interesses, medos e realizações” (Schiller e Blanc, 1995: PP 10) e a mesma importância à especificidade, mais centrada na espacialidade, é abordada por exemplo por Faist ao identificar que os espaços sociais transnacionais incorporam “pequenos grupos transnacionais, circuitos transnacionais e comunidades transnacionais” (Faist, 2000 *apud* Sheringham, 2010).

Então, uma visão mais territorializada do transnacionalismo começa a se materializar, conforme os acadêmicos percebem que as conexões transnacionais são mais identificáveis através das relações desenvolvidas em âmbito local (Brickell e Datta, 2011) ao ampliar também a ideia de que os migrantes transnacionais nunca de fato estiveram deslocados, pelo contrário, sempre foram ativos

social e espacialmente na escala micro para dar base ao transnacionalismo em escala macro. Em suma espaços e lugares deixam de ser meramente planos de fundo (Smith, 2005 *apud* Brickell e Datta, 2011).

Abordagens transnacionais, mais fortemente territorializadas também são feitas no contexto do urbanismo, Smith (2005) aborda o conceito de “urbanismo transnacional” por meio do qual é possível desenvolver uma interpretação das conectividades transnacionais de uma certa distância, mas ainda assim possibilitando a reconstrução das relações sociais. Smith, junto a Guarnizo (1998), elabora também, a ideia de “*transnacionalism from above*” e “*transnacionalism from below*” (Al-Ali e Koser, 2002), sendo o primeiro relacionado a uma abordagem macroeconômica desterritorializada atrelada à globalização, já o último surge focado no entendimento das redes socioespaciais desenvolvidas em um contexto translocal, ou seja, centrado nas ações das pessoas na vida cotidiana acabando por criar as “translocalidades” que sustentam as “formas de viver” no mundo (Coradson e Latham, 2005).

Brickell e Datta (2011) por sua vez se aprofundam no questão da translocalidade, e definem o termo como forma de um “grounded transnacionalism”, espaço onde redes transnacionais desterritorializadas tomam forma através do agenciamento dos migrantes. Isto quer dizer que a translocalidade como forma de relações locais-locais, existe principalmente junto aos debates sobre transnacionalismo. Nesta mesma publicação, “Translocal geographies” (Brickell e Datta, 2011) através de diversos estudos de caso, as autoras e os coautores trazem ótimos exemplos metodológicos da aplicação do conceito.

Os estudos, na obra que temos vindo a analisar, foram direcionados inicialmente a experiências pessoais dos imigrantes durante as movimentações entre nações, bairros, casas e regiões. As histórias foram captadas não somente através de narrativas detalhadas, mas envolvendo a atenção à biografia dos imigrantes, observação participante e diários de campo. O público em estudo compreendia as mais variadas características em gênero, etnicidade, classe social, status de migrante e foram descritas através de jornadas subjetivas e corpóreas, que integram o cotidiano dos migrantes através dos espaços urbanos, os bairros em que vivem, os meios de transporte de que fazem uso, a casa em que habitam.

Ao chegarmos a este ponto de detalhamento das trajetórias socioespaciais sobre a experiências dos migrantes longe da terra de origem, alcança-se o nível que possibilita compreender ou ao menos analisar o questionamento focal deste trabalho, a relação que se desenvolve com o lar em meio a processos de transmigração. Para além dos laços materiais com o país de origem e o novo país, morar é uma prática translocal por si só, ao ser moldada pelo consumo, remitências, redes de conhecimento e apoio. O conceito de casa envolve o imaginário, o passado o presente e o futuro (Brickell e Datta, 2011), sendo também a construção de um lar, um dos fatores que evidencia as

diferenças culturais e onde se pode constatar o que é do outro e como a bagagem cultural de origem é negociada durante o processo de tentativa de integração residencial do transmigrante (Brickell e Datta, 2011).

### 3.2 O morar entre o imaginário, o local e o global

O aumento das práticas transnacionais no contexto dos processos migratórios tem gradualmente modificado o significado de casa (Al-Ali e Koser, 2002). O impulso para a transformação vem ocorrendo desde a década de 90, graças ao avanço das tecnologias e meios de comunicação, através dos quais os transmigrantes conseguem “atingir” outros lugares com facilidade (Brickell e Datta, 2011). Ao ultrapassar fronteiras, os indivíduos desenvolvem identidades mais voltadas ao global, que incorporam o conceito de “casa” pluri ou trans-local alcançando uma amplitude geográfica multiescalar (Al-Ali e Koser, 2002, Blunt e Dowling, 2006).

De certa forma, a noção de casa ou lar ganha mobilidade e as ligações com o país de origem se tornam neste contexto mais fluídas ao transpor a ideia estática de “habitação”; compreender sua natureza, perpassa, a complexidade da esfera material atingindo o lugar do imaginário, conjugando, então, seja uma noção espacial, seja um conjunto de relações sentimentais e culturais (Blunt e Dowling, 2006). Neste cenário, Avtar Brah (1996) acaba por diferenciar o que é o “desejo da terra de origem” (“homeland desire”) e o “desejo de morar” (“homing desire”) que exprimiria o conceito de “multilocalidade” ao incluir as fronteiras territoriais e psicológicas (Brah, 1996, *apud* Sheringham, 2010).

No entanto, também é necessário entender que a relação com a casa, o morar, o local de origem e o país de imigração, sempre terá ligações com os motivos deste deslocamento, principalmente quanto à esfera afetiva e social. Transmigrar pode ser para alguns um estilo de vida, como é para os nômades digitais, por exemplo, que condensam em si o desejo de transitar por territórios e morar por algum tempo nestas localidades, geralmente possuindo condições financeiras para tal, bem como certo preparo psicológico, já que este modo de vida implica um certo desapego.

Em outros casos, um grande número de imigrantes tem como objetivo ascender financeiramente ou melhorar a qualidade de vida de toda uma família no país de origem. Esta acaba por ser uma das principais dinâmicas transnacionais praticadas pelos imigrantes, o que envolve movimentações econômicas seja no local de origem, seja no país de destino.

Dentro deste principal objetivo de mobilidade econômica há os que encontram na imigração a integração e um segundo lar translocal, mas outros, que, pelo contrário, desejam retornar a seus

próprios países, tendo a intenção de construir literalmente e imaterialmente suas casas no local de origem, preservam laços afetivos ainda mais fortes com seus países. No novo destino a moradia pode adquirir caráter temporário, criando certa vulnerabilidade habitacional, até pela falta de condições monetárias para o pagamento de uma habitação digna.

Al-Ali (2002) a partir de vários depoimentos, sinaliza que principalmente entre mulheres e imigrantes ilegais, há por parte dos indivíduos um sentimento de inquietação, fragmentação tensão e até mesmo dor, para alguns ter de estar em um lugar do qual não se sentem parte, conduz à angústia. A situação dos refugiados, por exemplo, é mais um caso particular, por terem de deixar seus próprios lares incutidos pelo medo, perseguição política e ideológica. Os sentimentos para com a terra de origem e a de destino serão novamente totalmente diferentes.

Ao falarmos destes casos mais delicados e de certa vulnerabilidade, cabe introduzir também intervenientes externos que contribuem para o sentimento de não se sentir pertencente ou “em casa” inerentes ao próprio espaço. Blunt e Dowling (2006) trazem um conceito abordado por Massey (1991) de que a casa, bem como lugares de outra natureza, possuem uma “geometria de poder” através da qual os indivíduos são diferentemente posicionados em relação ao que se entende pela experiência do lar. A geometria do poder do conceito de casas vividas e imaginárias, compreende ideologias dominantes que valorizam algumas relações sociais e marginalizam outras, exaltam alguns tipos de experiência e definem outras como alienantes, elegem alguns lugares como preferíveis para construção de um lar e outros não, assim como determinam certas identidades avessas ao sinônimo de casa. Enfim, um consenso social e convencional das condições de um lar e de quem e como ele deve ser habitado. Neste sentido o imigrante de poucos recursos financeiros, com carga cultural e hábitos diferentes da população local, que lugar ocupa? É um questionamento que nos traz à mente a ocupação, por parte dos imigrantes em situações mais vulneráveis (legais, ilegais, mulheres, refugiados...) daqueles lugares pouco aprazíveis à sociedade.

Não obstante a realidade da ocupação de espaços precários pelos imigrantes em condições de vulnerabilidade seja uma realidade muito viva, em contrapartida estas noções tradicionais de casa, vem sendo profundamente modificadas pelas migrações transnacionais, bem como os conceitos que se relacionam ao que vem ou não ser um lar. Se anteriormente a casa era definida principalmente em relação ao mundo externo a ela, onde segundo Al-Ali e Koser (2002) “o medo, o perigo, o desconhecido hábitos não familiares” predominavam, se redefine a “não-casa”, o “não-familiar” e o desconhecido. (Al-Ali e Koser, 2002)

Assim, a casa que comumente vinha associada à família, a determinada comunidade e inevitavelmente à terra de origem, para além da esfera sentimental, ao ter seu significado afetado pelas práticas transnacionais, passa a estar associada também a questões de mudanças sociais,

econômicas e políticas de conjuntura global, sendo ainda assim para os migrantes, resultado de imaginar, desfazer, criar, mudar, perder e se mudar de casa (Al-Ali e Koser, 2002).

Com base na análise da literatura feita neste capítulo foi possível constatar que o crescimento do interesse pelas práticas transnacionais, neste caso em específico pelos processos migratórios, conduziu certamente para uma maior compreensão de sua complexidade, ao deixar explícita a necessidade de superar os estudos baseados na definição destas dinâmicas pautadas na existência de um simples ponto de partida e outro de chegada. A teia que se cria inicia das relações no próprio país de origem e se estendem à trajetória do migrante, mediante a expansão de suas redes sociais econômicas e afetivas, ligadas também à capacidade de criar o lar na localidade de destino.

Tal perspectiva demonstra a impossibilidade de perceber as migrações transnacionais somente em distância, como lembrado por Smith e Guarnizo (1998), em uma abordagem “from above”. Há obsolescência em considerar os movimentos migratórios atuais como altamente desterritorializados, desprovidos de construções socioespaciais ou da inexistência do que alguns dos autores chamam de translocalidade (Smith, 2005), as relações desenvolvidas localmente que alimentam o processo transnacional (Brickell e Datta, 2011).

Poder perceber as particularidades do morar, do lar em contexto de transmigração, torna-se possível ao analisar o processo “from below” (Smith e Guarnizo, 1998) e considerando as singularidade inerentes ao perfil, objetivos e expectativas de cada migrante, já que por um lado é perceptível uma imigração de elite, marcada pela concretização de um estilo de vida e por outro lado a perpetuação de vulnerabilidades, exclusões sociais e habitacionais, inerentes às próprias estruturas de poder presentes no espaço para com certo estereótipo de transmigrante. O grau de integração do migrante e o desenvolvimento das diversas redes, acabarão neste sentido definindo os conceitos subjetivos do morar, da casa e as relações com o país de origem.

Passaremos agora à descrição do processo metodológico, antes de prosseguir para a análise dos dados obtidos através do estudo de caso com um grupo online de mulheres imigrantes brasileiras.



## CAPÍTULO 4

# Metodologia

### 4.1 O percurso subjetivo como ponto de partida

O meu interesse pela questão migratória nasce inicialmente de um histórico de vivências pessoais, o que vai de encontro ao que Lofland e Lofland definem como “starting where you are” (Lofland e Lofland 1995). Tudo parte de um primeiro processo de imigração do meu núcleo familiar para Milão, Itália no ano de 2002, quando pela primeira vez me vi na situação de imigrante. Meu pai havia imigrado já alguns anos antes com o objetivo de melhorar nossa situação financeira no Brasil e após este período, entre idas e vindas, foi tomada a decisão de que minha mãe e eu iríamos, então, juntar-nos a ele. O objetivo, entretanto, sempre foi poupar dinheiro e retornarmos ao nosso país, como de fato ocorreu após 3 anos.

Minha segunda vivência como imigrante, viria a acontecer em 2020. Após ter já concluído a faculdade de arquitetura e urbanismo no Brasil, me ocorreu a oportunidade de poder estudar fora e por acaso Portugal havia se tornado, na minha cidade, Londrina (Paraná), um dos principais destinos de estudo de muitos jovens da minha rede de contatos.

A habitação, por outro lado foi o meu grande objeto de interesse durante a graduação, inclusive ao ser o tópico sobre o qual elaborei meu trabalho de conclusão de curso<sup>7</sup>. Neste caso, a abordagem da problemática habitacional teve um contexto diferente da linha de pesquisa do presente projeto, especificamente por tratar das realocações de populações ocupantes de áreas de proteção ambiental para novas habitações de interesse social. O enviesamento do tópico habitacional a uma temática diferente aqui, não impede, porém, que sejam trazidos contributos herdados deste trabalho já realizado, como por exemplo a perspectiva do conceito de direito à cidade, exclusão social e vulnerabilidades habitacionais.

Não obstante a escolha do tema desta dissertação fosse já previsível pelos meus interesses acadêmicos e experiências pessoais anteriores, o que me levou definitivamente a querer explorar a junção da imigração brasileira aos percursos habitacionais, foi o processo de ao chegar em Portugal ter como desafio encontrar um primeiro local para morar e observar a mesma dificuldade por parte

---

<sup>7</sup> Graduação em Arquitetura e Urbanismo, com o tema “Ecovila Urbana de interesse social: uma proposta de realocação para a população de ocupações irregulares da Zona Leste de Londrina”. Centro universitário Filadélfia. Iniciada em 2010 e finalizada em 2016

de outros colegas brasileiros, alguns deles, igualmente estudantes deste mestrado. A situação me fez recordar também da nossa condição habitacional na Itália, em que morávamos em 3 pessoas em um pequeno apartamento de um único cômodo e das narrativas contadas pelo meu pai sobre as precariedades enfrentadas ao chegar sozinho no país, quando teve de viver com desconhecidos em locais pouco salubres e sobrelotados.

Porém, a determinação de um sítio propriamente dito para o presente estudo, foi uma questão desde o início. Através de análise bibliográfica, foi possível constatar uma não uniformidade na forma de ocupação do território de Lisboa por parte da população brasileira, (Cachado e Frangella, 2019) dificultando um recorte espacial concreto.

Ao tentar encontrar o melhor caminho a seguir e através do contato com o texto dos já referidos e Lofland e Lofland (1995) segundo os quais algumas circunstâncias biográficas de envolvimento pessoal com o tema podem trazer ao investigador condições físicas ou psicológicas propícias a um desenvolvimento facilitado da pesquisa, superando um receio existente no meio acadêmico e também citado por ele de sobreposição de interesses pessoais à objetividade da pesquisa. “Starting where you are” ao contrário do que pode parecer pode enriquecer a pesquisa de forma significativa.

Então, ao tentar voltar o olhar para minha própria história enquanto imigrante brasileira e a que meios recorri logo que cheguei em Portugal, recordei-me de um grupo de apoio mútuo no Facebook formado somente por mulheres brasileiras chamado “Calcinhas em Lisboa”, ao qual fui adicionada pela minha própria mãe, que por sua vez também foi adicionada por outra amiga brasileira.

Neste grupo são aceitas somente mulheres, portanto é um grupo privado, ao qual só se tem acesso mediante solicitação.

**Figura 1. Print da página inicial do grupo de Facebook “Calcinhas em Lisboa”.**



Fonte: Facebook, 2022.

O grupo tem aproximadamente 19,4 mil mulheres, número que cresce dia a dia e para além de um local para ampliação do círculo social, que proporciona vínculos de amizade, nele são colocadas as mais diversas questões como oferta e procura de emprego, casa, ou serviços, mas também funciona como rede de apoio já que são feitos testemunhos de situações já vivenciadas que também abordam os temas mais variados ligados à xenofobia, violência, machismo, racismo entre outros.

O rumo do trabalho toma aqui um curso inesperado, ao adentrar o mundo virtual. A princípio a ideia era que fosse uma abordagem tradicional de observação participante, mas tendo em conta que uma abordagem etnográfica muitas vezes implica permanecermos abertos e atentos para modificações do caminho pré-definido, a abordagem acabou por ser alterada, para se concentrar no mundo virtual.

#### 4.2 **Uma Netnografia dos percursos habitacionais**

A sociedade atual torna-se cada vez mais digital, e por este motivo, entender as relações sociais possibilitadas pela internet também é indispensável para a compreensão dos tempos vigentes.

Entretanto antropólogos e cientistas sociais ainda tem sido um pouco relutantes quanto ao estudo de grupos online. Porém função da evolução dos meios de informação e comunicações (Kozinets, 2010), que foi ainda mais acelerada durante a pandemia de Covid-19, chegamos a um ponto em que não há possibilidade de voltar atrás. A pesquisa online, os encontros e reuniões, se tornaram parte do nosso dia-dia. Não explorar o mundo digital torna-se quase inadequado vista a importância que os meios eletrônicos tem ocupado no nosso quotidiano, pode-se dizer que já não existe uma distinção nítida entre o mundo real e virtual, a vida real inclui o uso da tecnologia para fins comunicação e socialização (Kozinets, 2010).

Kozinets, no seu livro dedicado à etnografia online e à compreensão de como pode ser realizada uma “netnografia”, afirma que o “mundo online” é constituído por um vibrante universo social, as redes sociais online possibilitam o aprofundamento das redes profissionais, a composição de comunidades baseadas em semelhanças raciais, económicas e de interesses, e para além do que une torna-se um meio de adentrar também o desconhecido, conhecer novas pessoas. Kozinets, ao citar David Hakken refere que “as novas formas de processar informação parece estar associada a uma nova formação social” (Kozinets, 2010: PP 2).

Visto o atual cenário, a etnografia tradicional também é moldada por seus pesquisadores para a etnografia online para a qual tem sido cada vez mais utilizado o termo Netnografia. A nomenclatura não é exclusiva e com o passar do tempo muitos termos têm sido utilizados para descrever a etnografia online como “webnografia”, “etnografía digital”, “cyberetnografia”. (Kozinets, 2010).

A Netnografia adapta procedimentos da observação participante etnográfica aos contingentes de interações sociais mediadas através dos recursos digitais: alteração, acessibilidade, anonimato e arquivamento. Os procedimentos incluem planejar a aproximação, coletar dados, interpretação e adesão a padrões éticos (Kozinets, 2010).

A pesquisa baseada em observação participante em um terreno online, utiliza-se de comunicações mediadas pelos recursos digitais como fonte de dados para chegar a um entendimento etnográfico e representação de um fenômeno cultural ou de uma comunidade. Porém, assim como praticamente toda etnografia irá estender-se da observação participante a outros métodos como entrevistas, dados estatísticos, análise de arquivos, coleta de dados, análise histórica, estudos de caso, videografia, colagens, análise semiótica e outras tantas técnicas a netnografia também contempla essas ferramentas.

É importante reforçar que uma pesquisa não precisa necessariamente ser levada totalmente como etnografia ou netnografia, o uso deste último termo e tipo de abordagem traduz a importância do digital ou da participação de uma comunidade online ou de uma comunidade dentro da pesquisa como um todo.

Antes de mais nada, é diferente realizar uma primeira abordagem entre a pesquisa online e a pesquisa cara-a-cara. O participar e observar, na pesquisa online, assim como o registro e o diário de campo, podem ter seus processos tradicionais alterados. A quantidade de dados pode ser diferente e as ferramentas de análise têm uma aplicação diferente quando os dados já existem a princípio online, para além da importância de levar em conta os entraves éticos, também comuns na etnografia tradicional (Kozinets, 2010), implicando uma reflexividade constante sobre o processo de pesquisa.

Por estas razões também a necessidade de utilizar diferentes nomenclaturas para os dois tipos de abordagem. Entretanto, apesar do grande número de novas nomenclaturas existem poucos guias sobre como proceder, pelo que nos concentrámos sobretudo no contributo de Kozinets.

O método escolhido para pesquisa depende sempre da natureza do objetivo, em um campo de mudança constante como a internet as técnicas qualitativas, segundo Kozinets, podem ajudar a construir um mapa de terrenos que estão em constante transformação.

A recolha de dados quantitativa, é utilizada para refinar o conhecimento ou como método confirmatório de certo fenômeno, ainda assim em algum momento a pesquisa qualitativa pode ajudar a movimentar o assunto ao trazer questionamentos sobre definições pré definidas e ressignificando certas construções e perspectivas.

Bruckman (2006) afirma que entrevistas inteiramente online tem valor limitado e que entrevistas cara a cara ou por telefone oferecem revelações muito melhores, pensamento com o qual Kozinets concorda, trazendo como opções mais enriquecedoras entrevistas em áudio ou em vídeo. Contudo,

Bruckman escrevia em 2006 e muitas coisas mudaram entretanto, nomeadamente sobre o uso constante da internet para uma parte importante das interações sociais.

Existe a possibilidade de conduzir uma netnografia puramente observacional, ainda que a combinação com entrevistas seja recomendada, com base no método de observação participante tradicional. Tendo em conta as questões metodológicas já descritas, optou-se por uma abordagem híbrida, em que a primeira *approach* foi feito online através de uma postagem no grupo de referência “Calcinhas em Lisboa”, mas posteriormente, foram contactadas algumas participantes do grupo para entrevistas cara-a-cara, online e por telefone.

Para além das entrevistas a observação participante em si ocorre através da catalogação das postagens relacionadas com a habitação a partir do mês de março de 2022, com intuito de alcançar um campo mais amplo de visão, possibilitando a identificação mais concreta de padrões.

A análise de redes sociais é um método analítico com uma vasta literatura metodológica que não pretendemos abordar na sua totalidade, mas que de forma sintética, foca em estruturas e padrões de relacionamentos entre os atores sociais na rede, como refere Kozinets ao citar Berkowitz (1982) e Wellman (1988). Na análise de uma rede social existem dois grandes tópicos os nós (atores sociais) e os Laços (a relação entre eles). Uma rede social é composta por um grupo de atores conectados por certos laços relacionais. Os atores, os laços podem ser pessoas, grupos, organizações, ideias, mensagens e outros conceitos. Os termos laço ou relação podem ser utilizados para descrever a ligação entre os atores. Exemplos de laços incluem partilhar informação, uma transação económica, transferência de recursos, relações sexuais, conexões físicas, compartilhar ideias e valores e etc. Então um grupo de pessoas que está conectado por relações sociais particulares como relações familiares, relações de amizade, trabalharem juntos, partilharem um *hobby* ou tenham um interesse em comum ou trocando qualquer tipo de informação, podem ser consideradas parte de uma rede social.

A abordagem chamada por Kozinets de “Whole Network Approach” considera toda uma rede social baseada numa certa definição de limite da pesquisa, em uma Netnografia. No caso do presente trabalho, neste caso a pesquisa está limitada ao grupo das “Calcinhas em Lisboa” e com o recorte específico da habitação.



## Análise de Dados

### 5.1 As “Calcinhas em Lisboa”, mulheres brasileiras em rede.

Através do decorrer do percurso exposto no capítulo anterior, um grupo de mulheres brasileiras, chamado Calcinhas em Lisboa, tornou-se o ponto focal da pesquisa. Esta comunidade de Facebook foi criada há aproximadamente 5 anos por uma psicóloga brasileira chamada Thaysa Araújo. Thaysa foi entrevistada via Zoom para esta pesquisa, desta forma foi possível entender com maior profundidade qual foi o caminho trilhado nestes anos e seus porquês. Começamos precisamente por dar conta da sua experiência, e depois seguimos para a descrição das situações, ilustrando com passagens de posts e comentários do grupo.

Thaysa fazia parte de alguns grupos mistos online formados por brasileiros, e a vontade de criar uma comunidade somente formada por mulheres nasce da observação de alguns desconfortos subidos especificamente por mulheres nestes grupos, muitas das conversas desenvolviam-se inicialmente em âmbito público, mas sempre existia a necessidade de chamarem-se para a conversa em privado:

“percebia que algumas mulheres estavam desprotegidas, e porque que eu percebi isso? Muitas diziam: “ah vamos no privado”. No grupo tinham aquelas brincadeiras parvas e etc.. então eu criei o grupo mais pela proteção mesmo, pra gente falar de algumas coisas que importam pra mulher e a gente falar mais à vontade” (Entrevista com Thaysa Araújo, julho de 2022).

Junto à ideia do grupo ser formado somente por mulheres, ao ter como objetivo a criação de um “*safe space*”, também era necessária organização, Thaysa acabou por criar algumas regras, passíveis de aceitação ou não.

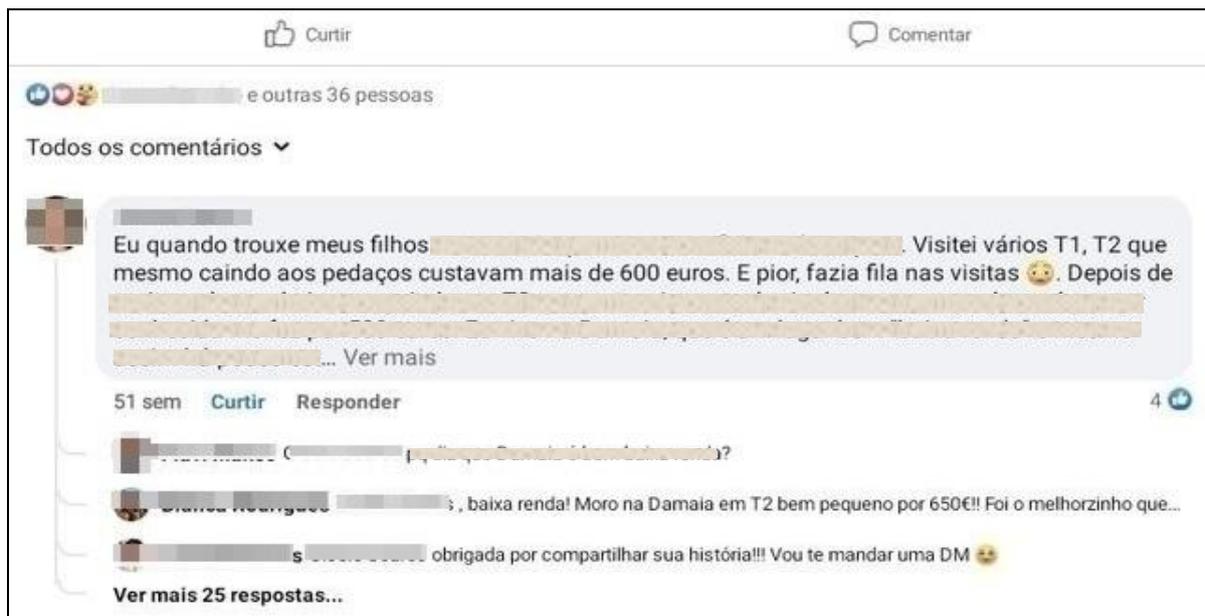
Entretanto, poder participar do grupo ainda implica na aceitação da administradora e de duas moderadoras, estas últimas se disponibilizaram a ajudar na organização.

Os temas trazidos pelas “Calcinhas” como são chamadas as participantes da comunidade, são os mais diversos, como procura e oferta de emprego, móveis, serviços, procura de novas amizades, apartamentos e quartos (estes dois últimos sendo os temas destaque para o desenvolvimento deste estudo), mas segundo Thaysa o grupo está bastante voltado para a ajuda nos processos documentais

para a vida em Portugal, como providenciar a Permissão de Residência, criação de NIF, carta de motorista acesso à saúde pública (número de utente), Número de Identificação da Segurança Social (NISS).

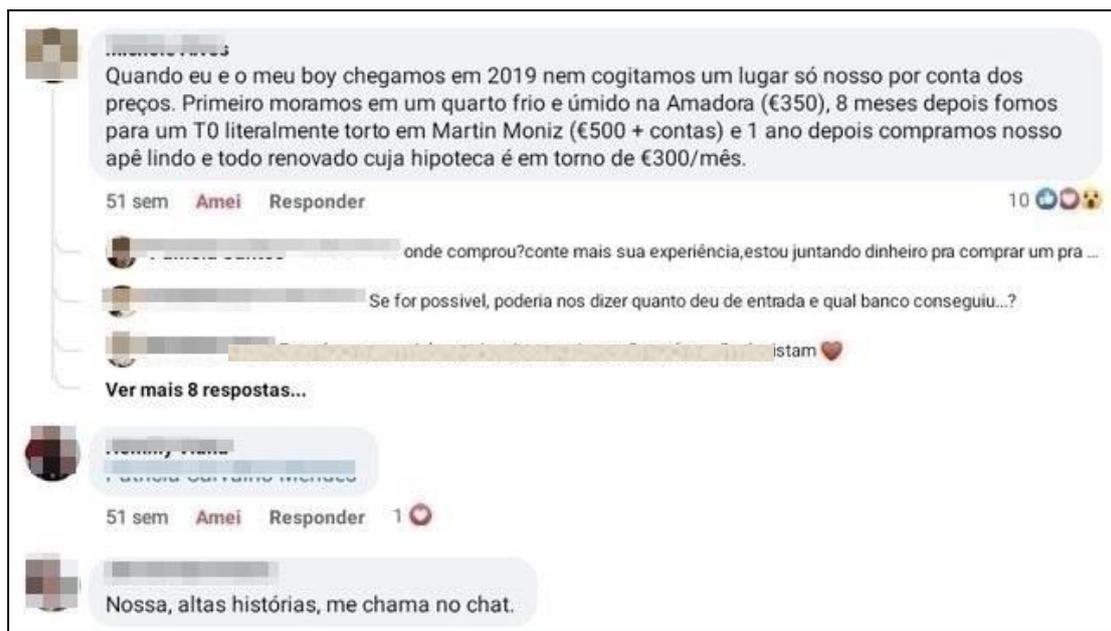
Para uma primeira aproximação do tema da pesquisa no grupo optei pela elaboração de uma postagem em que expunha brevemente a minha própria trajetória habitacional como imigrante brasileira em Lisboa e perguntava sobre onde as participantes moravam atualmente e como havia sido a trajetória delas.

**Figura 2. Print de algumas das respostas à postagem inicial.**



Facebook, 2022

**Figura 3. Print de algumas das respostas à postagem inicial.**



Facebook, 2022.

A postagem foi respondida por 34 mulheres, teve 83 comentários e 36 reações (ato somente de reagir com uma figurinha específica mostrando solidariedade, interesse ou outros tipos de interação relativamente a uma postagem, não necessariamente lhe respondendo). O tópico trouxe relatos dos mais diversos teores e com diferentes aberturas e profundidade. Algumas sentiram-se automaticamente à vontade para expor suas histórias ali mesmo num relato público como é o caso de Laura E Juliana.<sup>8</sup>

Laura conta que sua mãe chegou antes em Portugal, em 2009. A pretensão era que conseguisse alguma estabilidade antes de trazer a filha de 12 anos, no caso ela. Diz não se lembrar em quantos quartos sua mãe viveu antes de estabilizarem-se por algum tempo em um deles e que a pior questão era o convívio com as outras pessoas e habituarem-se a uma vida bem pior do que a que levavam anteriormente no Brasil, entretanto segundo ela a falta de documentação da mãe as obrigava a ter de alugar quartos e fazerem do pequeno espaço de um quarto o lar.

Até que encontrassem uma casa para chamarem delas, decorreram cerca 3 anos, mas neste meio tempo moraram por tempo significativo com um senhorio que as impedia de tomarem banho após as 19:00h pois o acordava, além de em certa ocasião acusar a menina (Laura era jovem na época) de roubar algumas fatias de fiambre e neste episódio quase partir violentamente em direção a ela, a ponto de sua mãe ter que entrar tomar a frente.

“Vivemos numa casa onde não podíamos tomar banho depois das 19h da tarde porque o homem que vivia no outro quarto acordava cedo para trabalhar. A minha mãe sempre tomou dois banhos por dia e simplesmente não podia chegar a casa cansada de noite, depois de um dia de trabalho e tomar um banho porque o acordava. Também foi nessa casa que eu fui acusada de “roubar” umas fatias de fiambre que estavam no frigorífico, essa discussão escalou tão rapidamente que quando eu vi a minha mãe já estava entrando na minha frente porque esse “homem” queria me bater.... Sim, por causa de umas fatias de fiambre. A gente se submete a umas coisas mesmo loucas para sobreviver num país que não é o nosso. Foi um caminho muito difícil viver em quartos, às vezes o dinheiro faltava mesmo assim.”

(Facebook, outubro de 2021).

---

<sup>8</sup> Com objetivo de preservar a ideia do grupo como um ambiente seguro para mulheres, algumas informações que poderiam levar a identificação de locais muito específicos foram ocultadas e com exceção das participantes que foram entrevistadas individualmente (Thaysa, Alessandra e Ana), todas as outras depoentes tiveram seus nomes anonimizados (os apresentados são fictícios).

Uma história semelhante de acusação de roubo é contada por Cláudia:

“Fui acusada de roubo, o senhorio disse que ia me bater, fechou a mão e deu um soco na parede para não dar na minha cara, intrigas e mentiras feitas pela mulher dele (que era brasileira)” (Facebook, outubro de 2021).

Mesmo com algumas dificuldades de início, como é comum para muitos imigrantes, Laura diz nunca ter sofrido preconceito por ser brasileira e que isso não influenciou nesta trajetória habitacional. Fernanda, porém, diz algo diferente, segundo o seu relato, assim que atendiam o telefone e ouviam seu sotaque desligavam, Fernanda passou por momentos de angústia com sua filha, como é perceptível na fala abaixo:

“Eu lembro de chegar em 2016 e ficar 2 semanas à procura de casa. Quando ligava para um anúncio, quando ouviam o sotaque, logo desligavam. Até que um dia, sentei na calçada e desisti, estava exausta. Minha filha chorava.” (Facebook, outubro de 2021).

Uma pessoa de um outro grupo de Facebook do qual participava na época lhe ofereceu ajuda, por acaso esta mesma pessoa hoje em dia também faz parte do grupo das “Calcinhas”, então ela logo cita o nome da colega para que ela também venha contar seu relato e complementar a história de amizade que as duas acabaram por desenvolver.

O nome da colega é Letícia. Na época ofereceu-se para ajudar a encontrar moradia a ela e sua filha pequena, não foi ao certo uma oferta de abrigo, mas somente um apoio moral, que acabou por dar à Fernanda o ânimo que precisava para seguir em frente. Logo conseguiram encontrar um T3 no qual ela e sua filha moraram por 3 anos. A renda do apartamento na época era de 430 €, mas só lhes foi cedido através do pagamento de 6 cauções, quando o que está previsto na lei é de apenas 2.

De seguida, uma das mulheres que respondeu ao post, Maria, trouxe à tona uma discussão que estendeu-se de forma considerável, ao contar sua história sobre procura de apartamentos, diz ter ficado indignada com os altos valores quando chegou e que havia conseguido um apartamento com um valor razoável na Damaia, e o descreveu como um bairro “baixa renda” expressão que para os brasileiros designa uma certa pobreza.

“(…) Depois de muito rodar acabei conseguindo um T2 que pertencia ao senhorio do meu namorado, e só por ser conhecida me fez por 500 euros. Eu vivo na Damaia, que é um lugar bem “baixa renda” (Facebook, outubro de 2021).

Então uma das “calcinhas” questionou-a sobre o porquê do seu pensamento sobre o local ser aquele, já que segundo ela as rendas (os aluguéis de apartamento) eram altas e Laura, já mencionada anteriormente, tenta explicar a afirmação da outra participante ao dizer que a Damaia é um Bairro de periferia, com presença marcante de imigrantes e que a fama também se deve à existência da

Cova da Moura, um bairro de autoconstrução que tem sido mediatizado como um bairro perigoso, mas que de toda forma as rendas estão altas em toda Lisboa e arredores. Maria replica que fez parte dos censos e que ao visitar algumas residências na Damaia, detetou apartamentos em que viviam até 3 famílias, tentando desta forma justificar que rendas altas, eram aplicadas em toda área metropolitana de Lisboa, mas eram pagas naquela região, somente com a sobrelotação de apartamentos:

“Eu trabalhei nos censos este ano e posso confirmar porque vi com meus próprios olhos. Visitei casas que viviam até 3 famílias numa casa, mais de 10 pessoas num T2. Eu duvido que encontrem isso no centro de Lisboa.”  
(Facebook, outubro de 2021).

A outra participante logo fica indignada e julga a fala das colegas como sendo preconceituosa, trazendo para a discussão também a pauta racista, já que a Damaia tem grande número de moradores africanos.

“...e eu contesto o porquê do bairro ser considerado periferia de baixa renda, porque moram ali muitos africanos? Porque há de ter ali muitos imigrantes não cola não.(...)é.. todo mundo sabe muito bem porque ali tem essa "fama" e não e porque tem muitos imigrantes não. Até porque, nem todo preto é necessariamente imigrante. Mas tudo bem... Triste isso...”  
(Facebook, outubro de 2021).

A participante disse que iria reportar o ocorrido em um grupo paralelo, formado por moradores da Damaia, através da divulgação de prints, porém Thaysa, moderadora do grupo intervém e relembra as regras sobre privacidade, entretanto a participante disse que se excluiria do grupo por conta própria.

Esta discussão desenvolveu-se dentro de uma das respostas à minha postagem, através de um recurso que permite que discussões paralelas vão se formando à medida que a postagem principal é respondida. Uma outra resposta também suscitou mais uma discussão, não de forma tão expressiva, mas considerável. Foi a partir do relato de Júlia. Ela contou que inicialmente morou com o companheiro em um apartamento úmido na Amadora, mas que depois de uma outra experiência ruim no centro de Lisboa, mais especificamente no Martim Moniz, conseguiram comprar um tão sonhado apartamento. Quatro participantes curiosas sobre como havia sido o processo para a compra do apartamento responderam ao comentário de Júlia, perguntaram a qual banco pediu empréstimo e qual o valor de entrada. Uma delas, Pamela, demonstrou ter grande interesse em fazer o mesmo, porém alguns entraves a desanimavam:

“onde comprou? Conte mais sua experiência, estou juntando dinheiro pra comprar um pra mim e meu filho, mas tô desanimando já...acho que nunca vou conseguir juntar o dinheiro da entrada mais despesas iniciais” (Facebook, outubro de 2021).

Júlia deu todas as informações às meninas e por último enviou uma fotografia do seu “cantinho”, como chamou ao seu apartamento, encorajando-as a não desistirem.

Nem todas as meninas que responderam ao post estavam tão confortáveis para contar suas histórias abertamente, como foi o caso das “calcinhas” que trouxe até aqui, uma delas em específico pediu-me que entrasse em contacto em privado, seu nome é Alessandra. Disse que não poderia contar sua história abertamente, já que uma parte de sua trajetória envolvia uma outra pessoa que se encontrava no grupo. A partir disso trocamos números de telemóvel e conversamos por WhatsApp, então logo combinamos um café.

O caso de Alessandra relatado na sua entrevista condensa um conjunto de situações que foram constantemente lidas nos posts e comentários do grupo “Calcinhas”. Por isso, são transcritas aqui várias passagens com o intuito de ilustrar os tipos de desafios vivenciados pelas mulheres do grupo.

O encontro ocorreu no domingo seguinte à postagem, disse onde morava e por coincidência ela frequentava uma igreja próxima a minha casa, então após o culto, combinamos de nos encontrarmos em frente à paragem do metro. Tudo correu como esperado e nos dirigimos a um café próximo. Inicialmente pareceu um tanto desconfiada, mas conforme fomos conversando foi se sentindo mais à vontade.

Ao chegarmos ao café, percebi que havia deixado a carteira em casa e ela muito solícita se ofereceu a pagar-me um café, o que me deixou um pouco preocupada, já que ir até ali já havia sido um esforço para ela. Sentamo-nos e logo pedi permissão para que pudesse gravar a entrevista, que para efeitos de uma análise posterior as chances de erro interpretativo fossem menores (Beaud, 1998). O pedido foi concedido por ela.

Optou-se por uma entrevista não estruturada que segundo Burgess (1984) consiste em uma estratégia que dá aos informantes a possibilidade de elaborar as respostas fora de um formato estruturado. Portanto durante o relato foram feitas o mínimo de intervenções possíveis, ao todo a entrevista teve duração de 1 hora e 10 minutos. A entrevistada encontra-se em Portugal há 3 anos, chegou em agosto de 2018, para fazer um mestrado. Teve grande dificuldade de encontrar a primeira moradia, já que ainda não conhecia os grupos Facebook ou sites de imobiliárias, então sua primeira moradia foi conseguida através de uma rede de contatos a partir do Brasil, com ajuda de alguns amigos.

Conseguiu então alugar um quarto na casa de um amigo de conhecidos em uma área bastante central, onde esteve por 1 mês e meio, já que o dono, por um imprevisto, teve de retornar a casa, ao receber a notícia ela diz: “Fiquei apavorada!”.

Porém já havia conhecido algumas pessoas em Lisboa, através do próprio mestrado e também novamente mediante o grupo de Facebook, aqui já referenciado, colocou sua necessidade de moradia no grupo e então acabou por conhecer sua próxima anfitriã, uma brasileira e exatamente por esta última também participar do grupo, a iniciativa de chamar-me para uma conversa privada e não expor sua história publicamente logo ali no grupo.

A proposta era que fosse morar com ela e o marido em Odivelas, os valores propostos iniciais pareceram muito altos, então o dono do apartamento sugeriu que ela entrasse inicialmente pagando menos, fazendo com que assim ela aceitasse a proposta: “Foi uma situação horrível morar com eles, eu fiquei exatamente 35 dias com eles e não suportei” diz a entrevistada ao se queixar das condições de higiene em que se encontrava a residência e da qual ela teve de dar cabo.

Segundo descrito pela locutora, não havia uma sala propriamente dita na casa, a tv se encontrava no quarto do casal e ao entrar no apartamento o prometeram que comprariam uma tv nova, para reorganizar uma área de convívio, o que nunca ocorreu. Ao fim do primeiro mês, ao pagar o valor acordado inicialmente, teve uma surpresa, já que o arrendatário disse que a diferença cedida, deveria ser paga posteriormente:

“ele disse: olha, vai ficar 450,00 mesmo, porque o aluguel aqui é 1400 e as despesas aumentaram muito com você aqui. Achei um absurdo por ser Odivelas, na época não era tão caro quanto é hoje, e por isso ele disse que ficaria 350. Eu disse, olha, você me desculpa, 450 eu não posso te pagar você sabe disso desde o começo” (Entrevista com Alessandra, novembro de 2021).

Dadas as circunstâncias, a entrevistada diz que se encontrava muito infeliz naquela casa, e logo também com o aumento do valor da renda, começou a procurar um outro lugar para viver. O dono da casa recebeu a notícia muito mal, fez então cálculos, disse que ela devia dinheiro a ele, do mês anterior e que deveria sair da casa no dia seguinte ao meio-dia: “ele disse: «então você me deve 175,00 euros» e eu então perguntei do que! Sendo que no mês passado ele havia me deixado entrar por 350,00”

Pagou ao senhor o que ela supostamente devia e começou a entrar em contato com algumas das ofertas que já havia encontrado.

A oferta que mais lhe interessava infelizmente já não estava disponível, mas a responsável pela proposta disse que conhecia um casal que estava disponibilizando um quarto nas redondezas, mas

que o senhor tinha alguns problemas com bebida. Seria uma situação temporária, somente para que ela conseguisse sair a tempo da residência onde estava.

A proposta feita por este outro casal, ela portuguesa e ele brasileiro, foi financeiramente bastante interessante, já que seria um valor bem menor do que o cobrado na residência anterior, num primeiro momento a família, também composta por um filho de 5 anos e um cão, pareceu bastante acolhedora e simpática, mas com o passar do tempo o aviso sobre as condições do marido que bebia, vieram a confirmar-se:

“A moça era um amorzinho, adorei, era como morar com uma irmã, era bem bacana, o cara era completamente maluco! Bebia, bebia, bebia até cair. Ele não mexia comigo, ele nem falava comigo. Ele bebia, bebia, bebia, chegava em casa falava um monte de besteiras pra ela, ofendia ela de todas as formas, depois caia no sofá e dormia, até o dia seguinte”. (Entrevista com Alessandra, novembro de 2021).

Neste momento senti que tinha de dar algum apoio e manifestei minha opinião, imaginando que deveria ser uma situação realmente péssima. A entrevistada então diz:

“Era horrível, mas ao mesmo tempo eu comecei a perceber que eu era um apoio pra ela, ajudava com o menino, então ao mesmo tempo que eu queria sair de lá, não queria estar no meio daquilo, eu sentia pena de deixar ela. Nossa! Foi uma situação horrorosa!” (Entrevista com Alessandra, novembro de 2021).

Segundo a locutora, a senhora sempre tentava fazer com que ela se sentisse parte da família, fazia questão que todos se sentassem para o jantar à noite, porém o marido agia como se ela não existisse e não dirigia a palavra a ela, mesmo durante o jantar.

O convívio ocorria basicamente no período da noite já que durante o dia, todos trabalhavam e o menino ia para escola. Foi assim até que o senhor perdeu o emprego.

“Ele ficava trancado na sala da casa, fumando, jogando videogame e bebendo, o dia inteirinho e quando ela chegava à noite eles brigavam. Ao mesmo tempo que eu queria sair, eu sentia pena dela. Eu nunca vi ele agredir ela fisicamente, mas psicologicamente era horrível” (Entrevista com Alessandra, novembro de 2021).

A entrevistada, disse que começou a tentar fazer com que a senhora abrisse os olhos, que ela tinha que impor limites ao marido, fazê-lo buscar por ajuda, mas de forma muito sutil, porque tinha medo do que pudesse acontecer.

“Houve situações graves, de eu pegar ela chorando, maquiagem escorrendo, ter que colocar ela debaixo do chuveiro e dizer, vai eu cuido

do jantar, eu cuido do teu filho, mas vai se acalmar, ou de eu acordar cedo e ela já estar na cozinha chorando, vi situações muito ruins” (Entrevista com Alessandra, novembro de 2021).

O convívio com esta família, durou no total 3 meses, mas a escolha de sair do apartamento foi muito difícil:

“Eu percebi que ela dependia muito da minha renda, no dia que eu pagava renda ela ia ao supermercado, fazia uma grande compra, comprava coisinhas para o menino” (Entrevista com Alessandra, novembro de 2021).

Mas após uma briga muito grande entre os dois, que realmente a assustou, resolveu ir embora, ela já havia começado a procurar e a discussão foi o estopim para que resolvesse pegar o telefone e contactar uma das ofertas, logo no dia seguinte obteve resposta encaixotou seus pertences e foi embora, mesmo sem avisar, já que havia criado um laço tão forte com a senhora a ponto de talvez ter dificuldades de dar a notícia pessoalmente. Posteriormente em chamada, ligou a ela, explicou toda a situação e se desculpou.

Ela manteve contato com a grande amiga que tinha feito na casa e um dia foi convidada a depor contra o marido abusivo, ele perdeu a guarda do filho e voltou ao Brasil.

“Sim, ela se separou. Ela me ligou uma vez, eu já tava umas duas casas depois.

Ela disse: “Olha, eu queria saber se você aceita ir testemunhar na polícia”. Ela disse que alguém denunciou, que não sabia quem era mas que imaginava que fosse algum vizinho, mas a polícia havia pedido pessoas que tivessem presenciado. Então eu aceitei ir depor.

No fim ele perdeu a guarda do filho e foi embora pro Brasil. A investigadora me disse, que no dia em que ele pisasse no Aeroporto de Portugal o SEF já estava notificado e ele iria ser preso na hora. “ (Entrevista com Alessandra, Novembro de 2021).

Neste momento a entrevistada emocionou-se, trazia lágrimas aos olhos e a voz trêmula, mas ao mesmo tempo expressava certa felicidade. Tentei confortá-la de alguma forma tendo empatia por toda a situação que vivenciou e deve confessar que até mesmo eu senti um alívio ao ter conhecimento do desfecho feliz da história.

A esta altura da trajetória residencial da entrevistada, ela já se encontrava no sexto mês em Lisboa e na sua quarta casa. Saída às pressas da residência anterior encontrou um quarto para arrendar em um apartamento que seria dividido com a proprietária portuguesa e uma jovem

estudante italiana onde ficou por 2 meses. O primeiro mês foi bastante tranquilo, inicialmente desenvolveu uma boa relação com a dona do apartamento por terem a mesma idade, mas com o passar das semanas algumas das suas atitudes começaram a parecer bastante estranhas e invasivas. A senhora determinava a cor certa das toalhas que deveriam ser usadas na casa de banho, impôs que as roupas das duas inquilinas só poderiam ser lavadas e guardadas por ela, bem como que a limpeza seria feita somente por ela, inclusive dos quartos individuais. Roupas sumiam e após a limpeza ela sempre mudava itens pessoais de lugar da forma que mais a agradava, além de terem hora determinada para tomar banho já que em certo momento descobriram que uma suposta avaria do esquentador, na verdade, era forjada pela proprietária, já que ela retirava as pilhas do mesmo.

“ela começou a dizer que o esquentador estava quebrado e que não dava pra gente tomar banho, eu cheguei a pedir pra tomar banho na casa de amigos, mas depois a gente percebeu que ela tirava as pilhas do esquentador” (Entrevista com Alessandra, novembro de 2021).

Ao fim dos 2 meses a entrevistada conseguiu um trabalho e logo expôs a situação à sua chefe, que prontamente se lembrou de uma amiga, que vivia com um filho adolescente e poderia alugar a Alessandra um quarto. Até então esta foi a melhor situação habitacional em que se encontrou, tanto que lá esteve por 1 ano e passou inclusive o início da pandemia. Elas davam-se muito bem. Nas suas palavras, “Foi uma pessoa que me deu estabilidade, foi uma pessoa incrível em todo o tempo”. (Entrevista com Alessandra, novembro de 2021).

Segundo a locutora, a senhora sentia muita falta da filha e então “adotou-a” carinhosamente. Levava-a para conhecer todos os pontos turísticos de Lisboa e a fez experimentar muitas iguarias culinárias típicas de Portugal. Ao fim teve de mudar somente porque a proprietária encontrou um apartamento bem menor e bem mais barato e teve de vender aquele no qual moravam. O que nos leva a atual moradia da entrevistada onde está novamente há 1 ano e alguns meses.

Arrendou um quarto em um T5, no qual pela primeira vez não convive com nenhum proprietário de apartamento e no qual vive com um casal, com o qual dá-se ainda muito bem.

Assim como o relato de Alessandra que compreende situações delicadas dentro de uma residência, são perceptíveis muitas outras denúncias, e aqui percebe-se que o morar para a mulher é estar vulnerável. A mesma chamada de atenção é feita por Thaysa, para além da superação dos estereótipos, quando vamos arrendar casa, é necessário pensar na segurança em termos de assédio caso seja necessário conviver com o género oposto:

“pra mulher também é muito mais difícil não só o aluguel da casa, no caso do quarto, tem que pensar em que casa que vai tar, se uma casa só com mulheres, se é casa com homem precisa perceber se é mais tranquilo e é seguro.” (Entrevista com Thaysa, julho, 2021).

Tal vulnerabilidade é ainda maior quando as mulheres estão sozinhas, sem uma rede de apoio, dentre as mulheres que deram seus depoimentos e as que pude conhecer, é notável o número de mulheres que vieram sós: para estudo, trabalho ou somente com os filhos.

A entrevistada a seguir é um exemplo de mulher imigrante brasileira que decidiu vir para Lisboa sozinha, somente com um contacto não familiar e não muito próximo. Nosso encontro também foi fruto da minha primeira abordagem ao grupo, tive a oportunidade de conhecê-la pessoalmente e depois acabei por entrevistá-la por chamada via WhatsApp. Ela chama-se Ana, é diarista, está em Lisboa há 20 anos e um dos pontos interessantes nesta entrevista é que em função do longo período em que já se encontra em Portugal, foi possível perceber algumas diferenças no que diz respeito à procura e acesso a imóveis e ao mesmo tempo certas situações que mesmo 20 anos depois continuam a repetir-se.

Ana chegou em uma época em que ainda não se imaginava a proporção que a internet tomaria em nossas vidas. Ela diz sempre ter tido vontade de sair do país e quando uma colega sua disse que viria para Portugal, ela aproveitou a oportunidade e veio também.

“Eu cheguei com uma amiga, mas na verdade a gente veio até sem lugar pra morar, sem nada. A gente só veio com uma mala e a vontade mesmo, na verdade o que a gente fez foi uma loucura né, mas deu tudo certo. A gente conheceu uma pessoa que já estava aqui há mais tempo, lá mesmo na nossa cidade e foi como a gente veio. Ficamos na casa dela e assim foi andando pra frente depois.” (Entrevista com Ana, janeiro de 2022).

Apesar de na época ter já um contacto em Lisboa, o que a ajudou a encontrar moradia e emprego, Ana teve um percurso bastante semelhante ao trazido por outras imigrantes brasileiras e brasileiros em geral, a experiência de ter inicialmente vivido em apartamentos sobrelotados:

“porque quando a gente chega aqui em Portugal, e já há muitos anos atrás, tudo era novidade até mesmo as meninas que a gente morava. Eram pessoas que a gente tinha acabado de conhecer, e a gente morava num apartamento em 6 meninas, entendeu? Chegou até as 7 (...) Era um apartamento no primeiro andar, não tinha elevador, e eram na verdade 2 quartos e uma sala. Só que uma dormia na sala, a outra dormia na varanda, porque era varanda fechada, aí duas num outro quarto e eu dividia o quarto com uma outra”

(Entrevista com Ana, janeiro de 2022).

Neste sentido parece interessante fazer um comparativo com uma história mais recente. O mesmo tipo de relato é trazido por Juliana, que deu seu breve relato no post de abordagem, seu caso ocorre alguns anos depois, em meados de 2016:

“Nos primeiros 6 meses em Lisboa arrendei um quarto no valor de 200€ (mais 40 € de despesas) em um apartamento bem no centro da cidade, o qual eu dividia com mais umas 5 ou 6 pessoas.”

(Facebook, outubro de 2021).

Diferentemente de Ana, que considerava a situação vivida no apartamento com outras 6 pessoas até confortável, em um apartamento com boas condições, Juliana relata péssimas condições de habitabilidade:

“Era um apartamento tenebroso, todo na base do pladur pra caber 6 pessoas lá dentro. O chão de madeira fazia barulho quando a gente pisava, a casa de banho inundava toda vez que alguém tomava banho, a cozinha era minúscula e nem tinha geladeira, só frigobar.” (Facebook, outubro de 2021).

O apartamento no qual Juliana vivia era gerido por uma empresa que arrendava quartos especificamente para estudantes, e após 6 meses informaram que o apartamento deveria ser deixado pois passaria por obras. Izabella, recorreu então aos grupos de facebook para que rapidamente conseguisse um novo quarto. Foi assim que conheceu a colega com quem partilha apartamento até os dias de hoje:

“Nessa loucura de mudar de casa tão repentinamente fui pro facebook procurar algum quarto e encontrei por pura sorte (isso foi no fim do ano de 2017) um quarto maravilhoso por 150€ e dividiria a casa somente com outra rapariga. Fui conhecer a casa e a menina com quem ia dividir e eu nos demos bem na hora, hoje somos grandes amigas, já estamos morando juntas há 3 anos, adotamos uma gatinha e depois um cão, e agora nos mudamos para um T2 bem maior”. (Facebook, outubro de 2021).

Entretanto, segundo ela, a situação só foi facilitada porque a amiga era portuguesa e trabalhava em um banco, portanto tiveram muitas facilidades na aprovação do arrendamento.

Um fator que une os relatos de Ana e Izabella, não obstante a diferença das épocas e objetivos pelos quais vieram para Portugal é a constante mudança de casa e não fixação ou aquisição de nenhuma. Ana, por exemplo, diz que perdeu as contas de quantos quartos e apartamentos já mudou. Diz ter também já pensado em comprar a casa própria e que chegou a ir até um banco para entender melhor como funcionaria o parcelamento, porém o processo era muito mais burocrático do que imaginava e implicava em ter uma quantia considerável de capital na conta do banco. Também

havia a obrigatoriedade do cliente estar efetivo no trabalho com contrato há mais de 1 ano, que não era o caso de Ana. Por estes motivos a sua escolha foi construir no Brasil, decisão bastante comum nas primeiras ondas migratórias do Brasil para Portugal, como foi no primeiro capítulo:

“eu só fui no banco pra me informar como funcionava o financiamento e eles me informaram, falaram como funcionava. Em respeito de trabalho, a pessoa tinha que ser efetiva e tem que ter um valor x no banco, mas não fui muito a fundo porque eu tinha acabado de chegar do Brasil e eu não tava a trabalhar com contrato então eu desisti dessa ideia, você tem que ser efetivo durante 1 ano e tal, sei lá.” (Entrevista com Ana, janeiro de 2022).

No caso de Ana, as informações necessárias para sua estabilização e a procura por casa ou quartos, acabou sempre por ocorrer através de indicações e contactos, mas com o advento da internet até aqui foi possível notar o quanto os grupos foram importantes para a trajetória habitacional de várias das depoentes. Por este motivo, com o passar do tempo, o tema da moradia acabou por ocupar um espaço considerável no grupo e ganhou tópicos fixos exclusivos para procura e oferta de moradia.

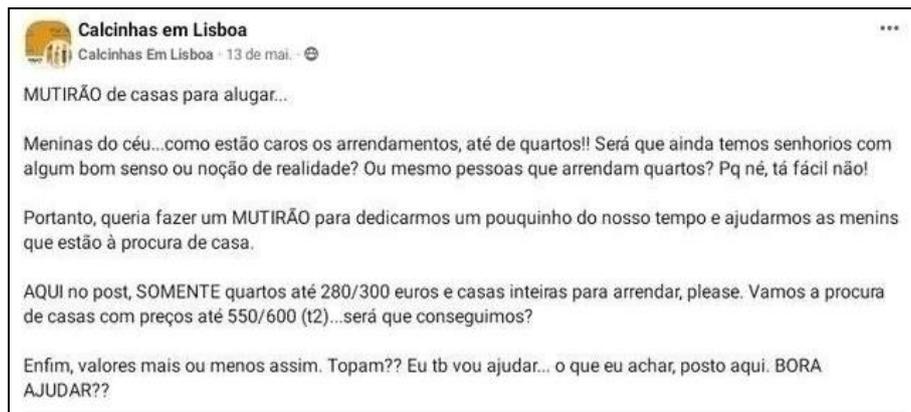
Segundo Thaysa para nós, mulheres brasileiras, é ainda mais difícil encontrar casa e para além do fator financeiro e da falta de uma rede de apoio, fato também trazido por Padilla no capítulo 1:

"A questão de ser brasileira piora muito, dificulta muito, porque nós quando chegamos aqui não temos nada, não temos fiador, não temos 6 meses de caução que foi algo que foi inventado agora de uns tempos pra cá. Nós não temos conhecimento pra alguém referir o nosso nome, não temos nenhuma referência, então fica muito mais difícil, não é? “ (Entrevista com Thaysa, Julho, 2021).

A situação habitacional atual de Lisboa, é um retrato da fala acima, os valores de arrendamento cobrados aos próprios portugueses acabam por já serem altos, mas quando se trata de estrangeiros, a falta de confiança e o preconceito faz com que seja exigida ainda maior capacidade financeira.

O pedido adiantado de muitas cauções é um fator notável nas publicações analisadas, principalmente para o arrendamento de apartamentos inteiros. Muitos dos proprietários pedem contrato de trabalho a termo certo e que os fiadores sejam portugueses, nesta impossibilidade, ainda mais com mulheres recém-chegadas, o que resta é o arrendamento de quartos. Há relatos de que a alternativa à apresentação de um grande número de documentos e de encontro de fiadores, o pagamento e oferecimento de 6 meses ou um ano de caução seja uma opção, mas é claro que a maioria das mulheres relatam não terem estas possibilidades financeiras.

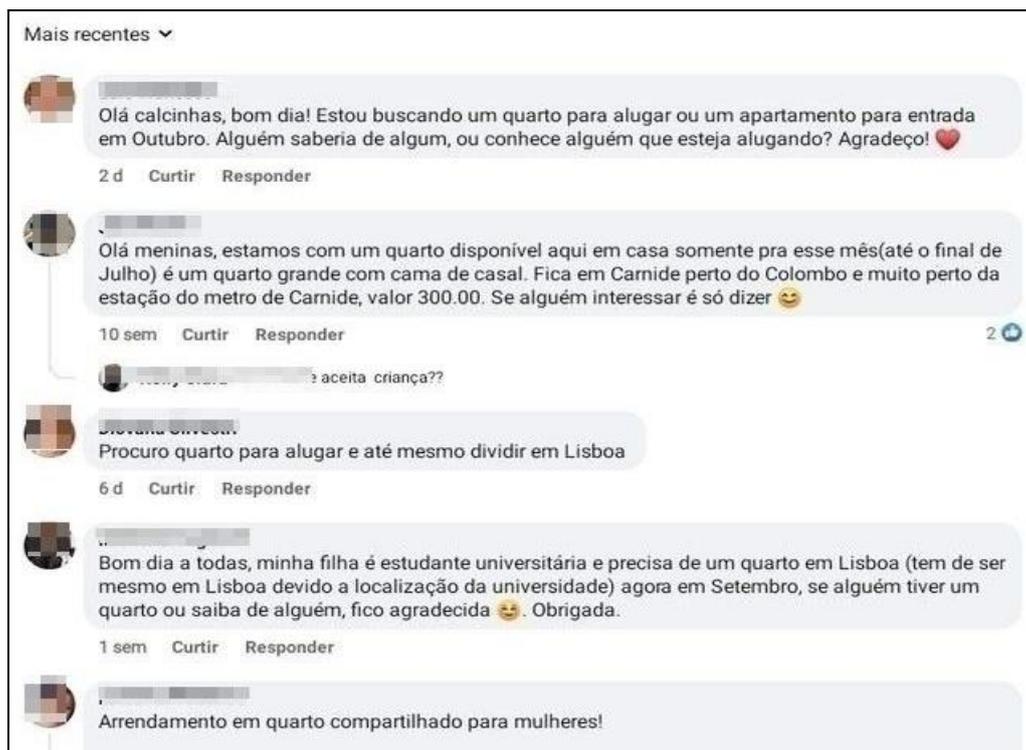
**Figura 4. Print do Post de procura de quartos e Apartamentos.**



**Facebook, 2022.**

Vistos os valores e pedidos de cauções abusivos, e a grande procura por parte das participantes por casas e apartamentos, de forma a organizar melhor o grupo, foram fixadas postagens exclusivas para a procura de arrendamento, mas com valores fixos, que não ultrapassem os 300 euros para quartos e os 600 euros para apartamentos.

**Figura 5. Print das respostas ao post de para procura de quartos e apartamento.**



**Fonte: Facebook**

A postagem, feita ao dia 13 de maio, é quase diariamente atualizada com novas procuras e ofertas, como é possível perceber na imagem acima.

O post tem atualmente (outubro de 2022) 218 comentários (que incluem discussões internas), mas recentemente, no mês de agosto, foi criado um novo post fixo para procura e oferta

de casa, que já possui os mesmos níveis de interação, com 283 comentários, entretanto os dois funcionam ao mesmo tempo.

Foram analisadas as duas postagens em conjunto, indiscriminadamente entre procura e oferta, foram separadas as regiões de Lisboa que eram desejadas ou nas quais havia oferta de apartamentos ou quartos. No total foram 135 comentários com oferta ou procura. Decidiu-se por separar as regiões mais representativas nos resultados em Concelho de Lisboa, Margem Sul (Compreendendo todos os concelhos). Linha de Sintra (Amadora e Sintra), Linha de Cascais (Oeiras e Cascais) e Azambuja (Vila Franca de Xira, Loures e Odivelas). A decisão por esse tipo de divisão (referente às linhas de comboio) também se dá pela identificação da grande necessidade da proximidade dos meios de transportes públicos presente nos comentários, o que indicia a importância de um acesso ao centro da cidade de Lisboa, onde muitas das pessoas visadas trabalham

Foi possível identificar que os comentários referiam-se em maior parte para Lisboa Concelho e logo depois direcionavam-se para a Linha de Sintra, com destaque para a Amadora, sucessivamente Margem Sul, Azambuja e por último a linha de Cascais.

A procura é muito mais evidente que a oferta e o interesse em quartos é muito maior que em apartamentos, provavelmente por uma questão de custo. Destaca-se que a maioria das mulheres procura por espaços para viverem sozinhas, com alguns pedidos de quartos para casal ou que abriguem também os filhos.

Thaysa afirma também que o panorama mudou ao longo dos tempos, muitas “Calcinhas” entravam no grupo antes mesmo de chegarem aqui, já a partir do Brasil, eram sempre pedidas algumas indicações de quais seriam bons lugares para morar, e geralmente a indicação era que independente da região de Lisboa, que o local fosse perto de transporte, principalmente das paragens de metro :

“Antigamente o que nós sugeríamos pras pessoas quando estavam chegando aqui, lembro que isso era sempre. Nós sugeríamos procurar o imóvel ou o quarto, próximo à linha do metro, portanto, a pessoa chegando aqui geralmente não conhece absolutamente nada, não tem pessoas próximas” (Entrevista com Thaysa, julho, 2021).

Porém ela afirma que atualmente esta dica já não se aplica, pois os quartos próximos das linhas de metro estão com preços exorbitantes: “Essa já não é mais a orientação que nós damos, porque? Porque esses quartos próximos à linha do metro são a preços de ouro”

Segundo Thaysa, as pessoas têm se afastado e ido para a periferia, a 40 minutos do centro de Lisboa, quando anteriormente existia uma diferença de 10 ou 20 minutos.



## CAPÍTULO 6

# Considerações Finais

A estrutura apresentada nesta pesquisa nos permitiu até aqui compor um quebra-cabeça, no qual diversas questões e problemáticas se encaixam a fim de colaborar para a percepção de uma imagem daquela que é a imigração das mulheres brasileiras para Lisboa e a forma como ocupam e habitam este mesmo território.

Ao fazermos um comparativo da fundamentação teórica desta dissertação e os dados recolhidos a partir dos relatos expostos no Grupo das “Calcinhas”, conseguimos confirmar que alguns padrões referentes ao habitar dos imigrantes brasileiros repetem-se, como a sobrelotação de apartamentos e o baixo número de proprietários, provindo das dificuldades que os imigrantes em geral encontram na concessão de créditos.

Como fato que se reafirma, foi constatado que mais de uma participante do grupo relatou preconceito ao procurar moradia, dizendo que logo que ouviam seu sotaque davam o imóvel como indisponível ou desligavam, a mesma situação é descrita através da experiência conduzida no estudo sobre os problemas enfrentados pelos imigrantes em Portugal feito por Jorge Malheiros e Maria Lucinda Fonseca (2011).

Para além dos preconceitos que o imigrante brasileiro sofre como um todo, a mulher tem de superar a ideia presente no imaginário português que as liga à hipersexualização e prostituição, por isso coloca-se mais um entrave à procura de moradia e ao convívio com o gênero oposto. A presença de homens, principalmente portugueses, acaba por trazer insegurança pelo sentimento de temerem um possível assédio. Alguns casos descritos no capítulo anterior, também beiravam a violência física, em um deles a participante do grupo, Laura, diz quase ter sido agredida por acusações de roubo de fatias de fiambre, já outra relata que seu senhorio acabou por dar um soco na parede em um momento de raiva, sem contar a exposição mais significativa de uma situação do tipo, a vivenciada por Alessandra, junto de uma mulher portuguesa sofreu uma situação grave de assédio e violência psicológicas.

O convívio com desconhecidos pode trazer situações inesperadas, nos piores e melhores sentidos e parece ser uma das poucas realidades possíveis em Lisboa, o valor altíssimo das rendas decorrente do panorama abordado no capítulo 2. O arrendamento de quartos e compartilhamento de casas acaba por ser a solução para na impossibilidade da casa própria. Morar em uma capital

global, Lisboa, é ressignificar mais uma vez o “morar” e fazer daquela pequena fração de espaço (o quarto) um lar completo.

Além disso a concepção que as participantes fazem da Área Metropolitana de Lisboa ficou evidente em uma das discussões secundárias formadas a partir do post de aproximação feito por mim, quanto a visão socio-territorial da Damaia trazida por uma das participantes do grupo e reafirmada por outra colega, em que uma delas definia a região como “baixa renda”, não necessariamente com intenção de trazer uma imagem negativa, mas através de uma máxima em que os lugares mais afastados são menos valorizados, um pouco mais baratos (com a noção de que os preços estão altos em toda Lisboa) e por este motivo abrigam grande número de imigrantes.

Não obstante exista a alternativa de driblar as rendas tão altas do concelho de Lisboa, a análise de oferta e procura de casa e quartos no grupo sugere que as brasileiras ainda assim preferem estar no centro ou ao menos próximas do centro da cidade. Os dados fornecidos pelo SEF, e alguns dos trabalhos analisados (Frangella e Cachado, 2019) indicam a Margem Sul como um dos principais pontos de destino dos brasileiros, porém, foi possível perceber que a Linha de Sintra vem logo a seguir ao Concelho de Lisboa.

Um outro aspecto contraditório a padrões expostos durante a fundação teórica, é o perfil das imigrantes brasileiras (Assis, 2003; Padilla, 2007; França, 2012). Os trabalhos analisados traziam a mulher brasileira como em maior parte dos casos dependente dos laços familiares já existentes em Portugal e geralmente não emigravam sozinhas. Obviamente a pesquisa aqui feita não engloba o universo das mulheres brasileiras em Lisboa, mas a maioria dos relatos e a maioria das procuras por quartos e apartamentos, encaixavam-se ao perfil da mulher sozinha ou acompanhada somente dos filhos. Esta constatação pode também estar relacionada justamente ao fato de não terem uma rede de apoio estável na cidade e por este motivo estarem mais propensas a procurar ajuda no grupo.

Neste sentido faz sentido afirmar que o núcleo das “Calcinhas em Lisboa” seja um agente de independência para as mulheres brasileiras, permitindo que a partir dali possam criar sua própria trajetória cultural, social e habitacional, desvincilhando-se assim da dependência familiar.

O que torna a questão ainda mais interessante é que para além da dissolução das fronteiras e dos movimentos migratórios transnacionais, denota-se a dissolução também das redes de apoio territorialmente marcadas. As participantes do grupo moram nos mais variados locais de Lisboa e apresentam flexibilidade durante a procura, mas ainda assim constituem uma rede de apoio, não mais de vizinhança como por muito tempo ocorreu, mas de forma menos palpável e desterritorializada.

Em conclusão considera-se que foi possível enriquecer o campo dos temas traçados para este trabalho e que os estudos migratórios e de ocupação do território quando feitos a partir de

abordagens relativamente recentes como é o caso da Netnografia, uma observação etnográfica das interações digitais, podem trazer grandes contributos aos estudos atuais.

Nesta pesquisa, ao nível da abordagem teórica, acabei por me deter na análise do transnacionalismo, que continua a ser uma abordagem importante nos estudos de migrações e nos estudos urbanos que incorporem o estudo sobre populações migrantes. A análise dos dados desperta para outros campos teóricos que aqui não foram desenvolvidos, mas que, em estudos posteriores sobre acesso à moradia por migrantes brasileiras, será oportuno desenvolver. De facto, os estereótipos e a violência, de género que acabaram por ser relatados aqui, apelam a uma abordagem feminista e pós-colonial.

Entretanto ainda que o mundo se encontre cada dia mais acessível, à distância de um toque ou um clique, as segregações sociais, espaciais e a estereotipação perpetuam-se e quanto a isto estudos voltados às mulheres, imigrantes e minorias têm de continuar a serem feitos, com o objetivo de em algum momento fantasmas como o do colonialismo, xenofobia e machismo sejam desmistificados e estereótipos sejam quebrados, até lá é um longo percurso.



## Referências Bibliográficas

Al-Ali, N. & Koser, K. (eds) (2002). *New Approaches to Migration? Transnational Communities and the Transformation of Home*. London, Routledge.

Alves, A. R. (2021). *Quando ninguém podia ficar. Racismo, habitação e território*. Lisboa, Tigre de Papel. ISBN 9789895486151.

Antunes, G. (2019). Política de habitação social em Portugal: de 1974 à atualidade. *Forum Sociológico* 34, 7-17.

Appadurai, A. (1990). Disjunção e diferença na economia cultural global. *Teoria, cultura e sociedade*. 7 (2-3), 295-310.

Ávila Cachado, R., & Frangella, S. (2019). House and Mobility: Portuguese Hindus and Brazilians in Lisbon in face of housing constraints,. *Archivio antropologico mediterraneo*, 21 (2), <https://journals.openedition.org/aam/2166>

Barata-Salgueiro, T. (2017) Alojamentos Turísticos em Lisboa. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, 21.

Bógus, L. (2007). Esperança além-mar: Portugal no “arquipélago migratório” brasileiro. *Imigração brasileira em Portugal*. Lisboa, *Acidi*, 1, 39-58.

Cachado, R. (2013). O Programa Especial de Realojamento: Ambiente histórico, político e social. *Análise Social* 206 (XLVIII), 135-152.

Casa do Brasil. (2004). *A “segunda vaga” de imigração brasileira para Portugal*. Lisboa, Casa do Brasil.

Castells, M. (1996). *The rise of the network society*. Oxford, Blackwell.

CMA, Câmara Municipal de Amadora (2018). *Plano Municipal para a Integração de Imigrantes (2018-2020)*. Acessado em 8 de janeiro de 2021. Disponível em: < [https://www.cm-amadora.pt/images/INTERVENCAO\\_SOCIAL/REDE\\_SOCIAL/PDF/2plano\\_municipal\\_integra\\_migrantes\\_2018\\_2020.pdf](https://www.cm-amadora.pt/images/INTERVENCAO_SOCIAL/REDE_SOCIAL/PDF/2plano_municipal_integra_migrantes_2018_2020.pdf) >

CML, Câmara Municipal de Lisboa (2018). *Plano Municipal para a Integração de Imigrantes (2018-2020)*. Acessado em 8 de janeiro de 2021. Disponível em: < <https://www.am-lisboa.pt/documentos/1532870274J5vHC1jb4EI74BW6.pdf> >

CMLRS, Câmara Municipal de Loures (2015). *Plano Municipal para a Integração de Imigrantes (2015-2017)*. Acessado em 8 de janeiro de 2021. Disponível em: < <https://www.cm-loures.pt/media/pdf/PDF20151021094104477.pdf> >

CML (2019). Sítio da Câmara Municipal de Lisboa: “*Alojamento Local. Procedimento de elaboração do Regulamento Municipal de Alojamento Local*”. Acessado em 2 de dezembro de 2020, disponível em < <http://www.cm-lisboa.pt/viver/urbanismo/alojamento-local> >

CML (2020). Sítio da Câmara Municipal de Lisboa: “*Lançamento do Programa Municipal Renda Fácil*”. Acessado em 2 de dezembro de 2020, disponível em < [https://www.lisboa.pt/fileadmin/agenda/municipio/user\\_upload/BM\\_1361\\_4supl\\_Deliberacao\\_6\\_CM\\_2020.pdf](https://www.lisboa.pt/fileadmin/agenda/municipio/user_upload/BM_1361_4supl_Deliberacao_6_CM_2020.pdf) >

Cocola-Gant, A. (2020). Apartamentos turísticos, Covid-19 e capitalismo de plataformas [Tourist apartments, Covid-19, and platform capitalism]. *Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia*, 55(115), 211–216.

Conradson D. & Latham A. (2005). Transnational urbanism: Attending to everyday practices and mobilities. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 31:2, 227-233

Costa, F. A. (2008). *Sociedade de Bairro. Dinâmicas sociais da identidade cultural*. Lisboa, Celta Editora.

Dias, G. (2019). Mobilidade migratória: uma leitura crítica para além de metáforas hidráulicas. *REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, 27, 61-78.

Blunt A. & R. Dowling (2006). *Home*. Oxford, Routledge.

Brah A. (1996). *Cartographies of Diaspora: Contesting Identities*. London, Routledge.

Brickell, K., & Datta, A. (eds.). (2011). *Translocal geographies*. Ashgate Publishing, Ltd.

Fernandes, D., Peixoto, J., & Oltramari, A. P. (2021). A quarta onda da imigração brasileira em Portugal: uma história breve. *Revista Latinoamericana de Población*, 15(29), 34-63.

França, T. (2012). *Lindas mulatas com rendas de Portugal: A inserção das mulheres brasileiras no mercado de trabalho português*. Tese de doutoramento, Coimbra, Universidade de Coimbra.

França, T., & B. Padilla (2018). Imigração brasileira para Portugal: Entre o surgimento e a construção midiática de uma nova vaga. *Cadernos De Estudos Sociais*, 33(2).

França, T. (2021). Corpo (s) em movimentos: trajetória (s) corpórea (s) de mulheres brasileiras migrantes. *Cadernos Pagu*, (63), e216300.

Frangella, S. (2013). Fomos conhecer um tal de Arroios: construção de um lugar na imigração brasileira em Lisboa. In N. Domingos & E. Peralta (org.). *Cidade e Império. Dinâmicas coloniais e reconfigurações pós-coloniais*. Lisboa, Edições 70, 463-502.

Frangella, S. (2014). O tênue equilíbrio no movimento. *Revista de antropologia*, 57(2), 73-106.

Gabinete de estratégias e Estudos. (2021). *População Estrangeira Residente em Portugal - Brasil*. GEE.

Gago, A., & A. Cocola-Gant (2019). "O alojamento local e a gentrificação turística em Alfama, Lisboa". *A nova questão da habitação em Portugal*, 143-170.

George, P. & S. Morgado (2005). Dinâmicas do Uso e Ocupação do Solo da Área Metropolitana de Lisboa 1940–2001. *Pós-Revista do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP* (18), 94-115.

Gonçalves, J., C. Alves & F. Nunes da Silva (2010). Do ilegal ao formal: percursos para a reconversão urbana das Áreas Urbanas de Génese Ilegal em Lisboa. In Bogus, L. et al. (Org.), *Da Irregularidade Fundiária Urbana à Regularização: Análise Comparativa Portugal–Brasil*, S. Paulo, EDUC, 161-192.

Hannerz U. (1996). *Transnational Connections: Culture, People, Places*. London, Routledge.

Honey-Rosés, J., I. Anguelovski, V.K. Chireh, C. Daher, K. van den Bosch, C., Litt, J. S., & M.J. Nieuwenhuijsen (2020). The impact of COVID-19 on public space: an early review of the emerging questions—design, perceptions and inequities. *Cities & health*,10, 1-17.

IHRU, Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (2015). “*Estratégia Nacional para Habitação*”. Acessado em 7 de janeiro de 2021. Disponível em: < [https://www.portaldahabitacao.pt/documents/20126/36008/ENpH\\_PT\\_FINAL.pdf/6e753e34-c020-df17-d83e-016d1995f8f5?t=1549965460915](https://www.portaldahabitacao.pt/documents/20126/36008/ENpH_PT_FINAL.pdf/6e753e34-c020-df17-d83e-016d1995f8f5?t=1549965460915) >

Lopes, R. (2018). *O impacte urbanístico e socioeconómico do Alojamento Local na cidade de Lisboa*. ISCTE IUL - Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa. Obtido em 10 de fevereiro de 2021, de [https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/16625/1/DINAMIA\\_WP\\_2018-05.pdf](https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/16625/1/DINAMIA_WP_2018-05.pdf)

Malheiros, J. (2007). *Os brasileiros em Portugal - A síntese do que sabemos*. In: MALHEIROS, J. (Org.). *A imigração Brasileira em Portugal*. Lisboa: ACIDI.

Malheiros, J. & M.L. Fonseca (2011). *Acesso à habitação e problemas residenciais dos imigrantes em Portugal*. Observatório da Imigração, ACIDI, IP.

Marcuse, P. (1985). Gentrification, abandonment, and displacement: Connections, causes, and policy responses in New York City. Wash. *UJ Urb. & Contemp. L.*, 28, 195.

Massey, D. (1991) A global sense of place. *Marxism Today*,15 June: 24–9.

Matos, F. L. et al (2020). O acesso à habitação e as políticas públicas. In: XII Congresso da Geografia Portuguesa: Geografias de transição para a sustentabilidade: livro de atas.

Méndez, R. (2020). *Sitiados por la Pandemia. Del colapso a la Reconstrucción: Apuntes Geográficos*. Madrid, REVIVES.

OCDE, Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (2020). “Combater o Coronavirus Covid 19) Unidos por um Esforço Global Políticas de Resposta das Cidades”. 13 de maio, de 2020. Acessado em 1 de Dezembro de 2020. Disponível em: <https://www.oecd.org/coronavirus>

Oliveira Assis, G. (2003). “De Criciúma para o mundo”: gênero, família e migração. *Campos-Revista de Antropologia*, 3, 31-49.

Oliveira, C. R., (2020). *Indicadores de Integração de Imigrantes 2020: Relatório Estatístico Anual. Observatório das Migrações*. ACM, IP. Acessado em 7 de janeiro de 2021. Disponível em: < <https://www.om.acm.gov.pt/documents/58428/383402/Indicadores+de+Integra%C3%A7%C3%A3o+de+Imigrantes.+Relat%C3%B3rio+Estat%C3%ADstico+Anual+2019/98bf34e6-f53f-41b9-add6-cdb4fc343b34> >

Padilla, B. (2007). A imigrante brasileira em Portugal: considerando gênero na análise. In J. M. Malheiros (Ed.), *A imigração brasileira em Portugal*. Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, 113-135.

Peixoto, João (2002) – Strong market, weak state: the case of recent foreign immigration to Portugal. *Journal of Ethnic and Migration Studies* 28 (3), 483-497.

Pereira, S.M. (2019). Alojamento local: desafios para a década de 2020. Público, Lisboa, 31 de Dezembro de 2019. Acessado em 02 de Dezembro de 2020. Disponível em: < <https://www.publico.pt/2019/12/31/economia/opiniao/alojamento-local-desafios-decada-2020-1898453> >

Pinto, L. (2020). Migração de imóveis de AL para arrendamento será fenómeno de curta duração. Público, Lisboa, 2 de Maio de 2020. Acessado em 08 de Dezembro de 2020. Disponível em: < <https://www.publico.pt/2020/05/02/economia/noticia/migracao-imoveis-al-arrendamento-sera-fenomeno-curta-duracao-1914708> >

Oliveira, C. R., (2020). *Indicadores de Integração de Imigrantes 2020: Relatório Estatístico Anual. Observatório das Migrações*, ACM, IP. Acessado em 7 de janeiro de 2021. Disponível em: < <https://www.om.acm.gov.pt/documents/58428/383402/Indicadores+de+Integra%C3%A7%C3%A3o+de+Imigrantes.+Relat%C3%B3rio+Estat%C3%ADstico+Anual+2019/98bf34e6-f53f-41b9-add6-cdb4fc343b34> >

[de+Imigrantes.+Relat%C3%B3rio+Estat%C3%ADstico+Anual+2019/98bf34e6-f53f-41b9-add6-cdb4fc343b34](#) >

Sassen, S. (1998). *As cidades na economia mundial*. São Paulo, Studio Nobel.

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. (2021). *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo*. SEF. Acessado em junho de 2021. Disponível em: < <https://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa2021.pdf>>

Sheringham, O. (2010). A transnational space? Transnational Practices, place-based identity and the making of Home among Brazilians in Gort, Ireland. *Portuguese Studies*, 26, 60-78.

Schiller, NG, Basch, L., & Blanc, CS (1995). De imigrante a transmigrante: Teorizando a migração transnacional. *Antropológico trimestral*, 48-63.

Smith, R. C. (1998) Transnational localities: community, technology and the politics of membership within the context of Mexico and US migration. In Smith, M.P. & L. E. Guarnizo (eds). *Transnationalisms from Below*. New Brunswick, NJ, Transaction Publishers, 196–238.

Smith M. P. (2005) “Transnational urbanism revisited”. *Journal of Ethnic and Migration Studies* 31:2, 235-244.

Vaz, Alexandre Martins (2022). *Postais de Lisboa-Práticas turísticas e as suas implicações na reconstrução de identidades territoriais*. Tese de Doutoramento em Estudos Urbanos, Lisboa, Iscte-IUL

Warren, H; Almeida H. (2020). Airbnb Hosts Resist Lisbon’s Plan to Free Up Housing. Bloomberg. 28 de Julho de 2020. Acessado em 07 de dezembro de 2020 Disponível em < <https://www.bloomberg.com/graphics/2020-airbnb-short-let-reforms-lisbon/?srnd=premium-europe#https://www.bloomberg.com/graphics/2020-airbnb-short-let-reforms-lisbon/?srnd=premium-europe%20> >

Wimmer, A. & N. Glick Schiller (2002). Methodological nationalism and beyond: nation-state building, migration and the social sciences. *Global Networks*, 2(4), 301-34.